

QUADRO INFORMATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026

PROCESSO Nº 1705/2025

CÓDIGO DA UASG: 930452

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 29/05/2026

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/06/2026 às 09:00 horas

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA: Aberto

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição, instalação e suporte especializado de solução de segurança de perímetro (Next Generation Firewall), cujas especificações constam do termo de referência.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 36 (trinta e seis) meses.

1. PREÂMBULO

1.1. O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP, por intermédio do Pregoeiro e da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE e da Lei Complementar nº 123/2006, torna público que promoverá licitação na modalidade e critério mencionados no quadro informativo, regida por este edital e seus anexos.

1.2. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

1.3. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, no dia e hora mencionados no quadro informativo deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro e Comissão Permanente de Licitações do SEBRAE-SP, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação em sentido contrário.

1.5. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema Eletrônico e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO E DO IMPEDIMENTO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com o SEBRAE-SP que estiverem registrados no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, em atividade econômica compatível com o seu objeto, que sejam detentoras de acesso para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

2.1.1. O registro no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no Sistema de Pregão Eletrônico e o respectivo acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema de Compras do Governo Federal.

2.2. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o registro no Sistema, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web.

2.3. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema de Compras do Governo Federal, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistirá qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema, relativos ao Pregão Eletrônico.

2.4. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no Pregão Eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização do acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

2.5. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada Pregão Eletrônico.

2.6. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

2.7. Para o exercício do direito ao tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123/2006, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual (quando aplicável ao caso), deverá constar do registro da licitante junto ao Sistema.

2.8. É impedida de participar desta licitação a pessoa jurídica:

2.8.1. Que possua em seu quadro societário ou seja constituída por: (a) empregado, dirigente ou membro dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do SEBRAE-SP e, do mesmo modo, (b) ex-empregado do SEBRAE-SP que tenha sido demitido ou desligado em prazo inferior a 18 (dezoito) meses, considerando a data de realização do certame, exceto aqueles que forem aposentados e, (c) ex-membro dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do SEBRAE-SP, que tenham deixado de integrar o Conselho em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias, considerando a data de realização do certame.

2.8.2. Que integre o Conselho Deliberativo e Fiscal do SEBRAE-SP, exceto aquelas previstas no § 4º do art. 73, do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE.

2.8.3. Apenada com suspensão temporária para licitar ou contratar com o SEBRAE-SP ou Sistema SEBRAE, enquanto durar o período de suspensão.

2.8.4. Cujo ramo de atividade prevista em seu estatuto ou contrato social não inclua o objeto da presente licitação.

2.8.5. Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública.

2.8.6. Que esteja em quaisquer das seguintes hipóteses: processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

2.8.7. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3. DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas, deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.gov.br/compras na opção “ACESSO AO SISTEMA”, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública.

3.2. A proposta de preço deverá conter os preços unitários e totais, por item, em moeda corrente nacional, deverá constar apenas 2 (duas) casas decimais após a vírgula, em algarismos, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza, incidências fiscais e trabalhistas e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

3.3. Não será admitida proposta inferior à quantidade prevista no anexo da proposta comercial.

3.4. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias.

3.5. As propostas comerciais deverão ser apresentadas conforme o modelo do anexo da proposta comercial, que integra este edital.

3.6. O valor referencial desta licitação é **R\$ 19.356.319,60** (dezenove milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e dezenove reais e sessenta centavos), conforme detalhamento no Anexo Valor Referencial.

3.7. As propostas não poderão conter elementos que, por ação da licitante proponente, permitam a sua identificação. Nesta hipótese, os conteúdos, títulos ou nomenclaturas dos campos das “propriedades do documento” acarretarão a desclassificação das propostas comerciais, quando contarem com a descrição da razão social ou nome fantasia da licitante, assim como nomes de usuários, de cidades, estados, regiões, pontos ou outros caracteres quaisquer. **Portanto, o SEBRAE-SP pede a atenção dos senhores licitantes nesse detalhe no momento da elaboração de suas propostas comerciais, objetivando evitar suas desclassificações.**

3.8. No caso de cooperativa, junto à proposta, sob pena de desclassificação, a cooperativa deve apresentar: modelo de gestão operacional adequado ao objeto da licitação; demonstração de atuação em regime cooperado; comprovação de que qualquer cooperado qualificado pode executar o objeto contratado.

3.9. **Será obrigatória a apresentação de catálogos pela licitante melhor classificada, conforme etapas previstas neste instrumento.**

3.10. A empresa licitante deverá apresentar, declaração oficial emitida pelo fabricante da solução ofertada que comprove que a licitante é um parceiro credenciado e está plenamente autorizada a:

3.10.1. Comercializar os produtos e licenças que compõem a solução no território nacional;

3.10.2. Prestar os serviços de instalação, configuração e implantação da solução;

3.10.3. Prestar suporte técnico, manutenção e acionar a garantia dos equipamentos e softwares junto ao fabricante.

3.10.4. Alternativamente, será aceita a comprovação de status de parceiro (por exemplo, Gold, Platinum ou equivalente) diretamente no portal público do fabricante, desde que a página comprove explicitamente as aptidões para comercialização, instalação e suporte da solução requerida.

4. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. O julgamento da habilitação se processará na forma prevista neste edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

4.1.1. Habilitação jurídica

4.1.1.1. Ato constitutivo e alterações (ou consolidação), registrados no órgão competente ou Certificado de Microempreendedor Individual (CCMEI), no caso de microempreendedor individual.

4.1.1.2. O objeto social da pessoa jurídica, constante de seu ato constitutivo, deverá ser compatível com o objeto desta licitação.

4.1.1.3. No caso de sociedades anônimas, deverá ser apresentado o estatuto social devidamente registrado na Junta Comercial e publicado em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, conforme Lei nº 6.404/1976, acompanhado do ato de nomeação ou eleição de diretores ou conselheiros, conforme previsto no estatuto, com o respectivo documento de identidade do(s) administrador(es).

4.1.1.4. No caso de sociedades limitadas, também deverá ser exigido o contrato social registrado na Junta Comercial, juntamente com o ato de nomeação dos administradores, com prazo de mandato, acompanhado do(s) respectivo(s) documentos de identidade.

4.1.1.5. No caso de cooperativa a constituição e funcionamento devem obedecer à Lei nº 5.764/1971, Lei nº 12.690/2012 e Lei Complementar nº 130/2009;

4.1.1.6. No caso de cooperativas de trabalho (Lei nº 12.690/2012), o objeto da licitação deve corresponder a serviços especializados, complementares ao objeto social da cooperativa, sem caracterizar relação de emprego.

4.1.2. Qualificação técnica

4.1.2.1. Apresentação de atestado(s) de desempenho anterior em atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando que foram cumpridas corretamente suas obrigações contratuais, contendo em seu corpo

a razão social, endereço completo, telefone e CNPJ/MF, da empresa fornecedora do atestado, bem como a data, assinatura e identificação do assinante, observadas as demais exigências constantes neste edital.

4.1.2.1.1. Considerar-se-á (ão) compatível (is) em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, o(s) atestado(s) que comprove(m):

4.1.2.1.1.1. fornecimento e instalação de no mínimo 04 soluções de segurança de perímetro (Next-Generation Firewall) equivalentes ao tipo 1.

4.1.2.1.1.2. fornecimento e instalação de no mínimo 33 soluções de segurança de perímetro (Next-Generation Firewall) equivalente ao tipo 2.

4.1.2.1.2. Poderão ser apresentados quantos atestados forem necessários para a comprovação acima exigida.

4.1.2.1.3. Em sede de diligência, poderão ser requeridas à LICITANTE informações complementares necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ofertados na presente licitação, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

4.1.2.2. Juntamente com os documentos acima mencionados, a licitante deverá apresentar os Anexos **DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO e FICHA DE CADASTRO DA EMPRESA**, devidamente preenchida e assinada por seu representante legal, o qual constitui anexo deste Edital.

4.1.2.3. Declaração que possuirá, por ocasião da assinatura do contrato, equipe técnica especializada e necessária para a execução do futuro contrato.

4.1.3. Qualificação econômico-financeira

4.1.3.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

4.1.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, demonstrando resultado igual ou maior de que 1 (um) em todos os índices abaixo explicitados:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})}$$

$$\text{Solvência Geral} = \frac{\text{Ativo Total}}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})}$$

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

4.1.3.3. A licitante que apresentar em seu Balanço resultado menor do que 1 (um) em quaisquer dos índices acima fica obrigada a comprovar, na apresentação da documentação, Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total proposto para a contratação.

4.1.3.4. Serão considerados aceitos como na forma da Lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

4.1.3.4.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada na Junta Comercial;

4.1.3.4.2. Sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou

4.1.3.4.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

4.1.3.5. Sociedades Inscritas no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, alternativamente, poderão apresentar: (a) comprovante da entrega digital do livro contábil com os balanços patrimoniais e as demonstrações financeiras exigíveis na forma da lei; (b) comprovante da assinatura digital do livro contábil pelo diretor responsável e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no CRC, comprovando-se sua regularidade perante o respectivo conselho; (c) cópia do termo de abertura e encerramento do respectivo livro contábil.

4.1.3.5.1. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

4.1.3.6. A licitante com menos de um ano de existência, que ainda não tenha balanço, deverá apresentar demonstrações contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência, avaliados através da obtenção de Índice de Solvência (S) maior ou igual a um (≥ 1), conforme fórmula abaixo:

$$\text{Solvência} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante}}$$

4.1.4. Regularidade fiscal

4.1.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), da licitante.

4.1.4.2. CRF (certificado de regularidade do FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal.

4.1.4.3. Certidão Negativa, ou Positiva com Efeitos de Negativa, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive as Contribuições Previstas pelas alíneas “a” e “c”, do parágrafo único do art. 11, da Lei 8.212/91, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.

4.1.4.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao ISS (imposto sobre serviços).

4.1.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual.

4.2. Informações inerentes aos documentos de habilitação

4.2.1. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

4.2.2. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa e, quando solicitado, efetuada por tradutor juramentado, e devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

4.2.3. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos, quando solicitado.

- 4.2.4.** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em cópia simples.
- 4.2.5.** Não serão aceitos protocolos em substituição aos documentos ora exigidos.
- 4.2.6.** Todos os documentos deverão estar dentro do prazo de suas validades.
- 4.2.6.1.** Os documentos para os quais o prazo não estiver mencionado explicitamente, somente serão aceitos dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua respectiva emissão, com exceção do (s) Atestado(s) de qualificação técnica e CNPJ.
- 4.2.7.** Todos os documentos solicitados para habilitação referir-se-ão, sempre, ao estabelecimento da proponente que estiver participando da licitação, o que se verificará, exclusivamente, pelo número do CNPJ deles constantes. Desta forma, se a proponente nesta licitação for a matriz, todos os documentos deverão se referir à matriz. Se a proponente nesta licitação for a filial, todos os documentos deverão se referir à filial. Em qualquer caso, frise-se, a verificação ocorrerá pelo número do CNPJ constante dos documentos de habilitação e serão aceitos documentos que, pela própria natureza ou determinação legal, forem emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da licitante.

5. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

- 5.1.** No dia e horário previstos no quadro informativo deste edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.
- 5.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente através do chat próprio do sistema eletrônico.
- 5.3.** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4.** A análise das propostas pela Comissão Permanente de Licitações visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 5.5.** Serão desclassificadas as propostas:
 - 5.5.1.** Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital.

- 5.5.2. Que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação.
- 5.5.3. Que apresentarem valores inexequíveis.
- 5.6. A desclassificação se dará por decisão motivada da Comissão Permanente de Licitações.
- 5.7. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 5.8. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.
- 5.9. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.
- 5.10. Será iniciada a etapa de lances, com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.
- 5.11. A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.
 - 5.11.1. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou em valores distintos e decrescentes inferiores ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima entre eles **de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor.
- 5.12. A etapa de lances terá a duração de 10 (dez) minutos.
 - 5.12.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de que trata o subitem anterior ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.
 - 5.12.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no subitem anterior, a duração da prorrogação encerrar-se-a, automaticamente, quando atingido o segundo minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação.
- 5.13. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:
 - 5.13.1. Dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores.
 - 5.13.2. Do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

5.14. A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados nos subitens anteriores.

5.15. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores.

5.15.1. Para essa classificação será considerado o último preço admitido de cada licitante.

5.16. Com base na classificação a que alude o item anterior, será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, com fundamento na Lei Complementar nº 123/2006, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

5.16.1. A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual detentor da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocado pelo sistema, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

5.16.1.1. A convocação reicairá sobre a licitante vencedora de sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem anterior.

5.16.1.2. Caso o primeiro fornecedor ME/EPP/MEI convocado não ofereça lance no tempo estipulado (05 minutos) ou opte pela desistência, o sistema convocará o próximo fornecedor ME/EPP/MEI aplicável à regra dos 5%, e assim sucessivamente.

5.16.1.3. Se nenhuma das ME/EPP/MEI apresentar lance inferior ao vencedor, ou se todas desistirem, ficará mantida a empresa vencedora inicial e o item será encerrado automaticamente.

5.16.2. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que tratam os itens anteriores seja microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedores individuais, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

5.17. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, após aplicação do tratamento diferenciado, se houver, ou, na falta deste, com base na classificação originária, via chat no sistema, com vistas à redução do preço total ou dos valores unitários.

5.18. Em virtude do oferecimento de lances, o pregoeiro poderá negociar os valores unitários, de forma a equalizá-los com a média pesquisada no mercado pelo SEBRAE-SP, a qual instrui o processo da licitação. Em qualquer caso, deverá constar apenas 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

5.19. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessário.

5.20. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, em arquivo único, **no prazo máximo 02 (duas) horas**, contado a partir da convocação efetuada pelo Pregoeiro.

5.21. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

5.22. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado, bem como à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto, observando o seguinte:

5.22.1. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

5.22.2. Não se admitirá proposta que apresente valores inexequíveis.

5.22.3. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compoem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo SEBRAE-SP.

5.22.4. Não serão aceitas propostas com valores unitários e global superiores aos estimados ou com preços manifestamente inexequíveis.

5.22.4.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

6. DA APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGO

6.1. A licitante classificada em primeiro lugar na disputa deverá, juntamente com a proposta adequada ao último preço negociado, apresentar os manuais, catálogos e folders, contendo desenhos, especificações técnicas, instruções de montagem, manutenção e limpeza com o propósito de informar as características dos equipamentos e dos acessórios ofertados.

- 6.1.1.** Em caso de empresa representante comercial, os catálogos deverão estar em nome do fabricante.
- 6.2.** A análise das características dos equipamentos ofertados será procedida em cotejo com as especificações técnicas constantes deste instrumento, não sendo admitido produtos com especificação inferior.
- 6.3.** Os produtos desprovidos dos documentos relacionados no item anterior, serão passíveis de diligência, podendo, para tanto, o SEBRAE-SP se valer de todos os meios possíveis, tais como consulta a site diversos, ligações a fabricantes ou exigência de documentos complementares, dentre outros.
- 6.4.** Caso os documentos apresentados não sejam aprovados, por não atenderem às especificações previstas neste Edital, **o licitante será convocado a apresentar novo produto, acompanhado de documentos que atendam às especificações requeridas**, no mesmo prazo fixado para apresentação inicial, sem ônus ao SEBRAE-SP, contados da devolução com as instruções ou observações feitas pelo SEBRAE-SP, sob pena de desclassificação.
- 6.5.** Caso a 2ª apresentação não atenda às especificações técnicas exigidas neste Edital, a proposta da licitante será considerada inaceitável, pelo Pregoeiro, sendo, portanto, desclassificada.
- 6.6.** Na hipótese de a proposta da licitante ser desclassificada, por não atendimento das especificações técnicas requeridas, serão convocadas as demais licitantes, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação das propostas, seguindo-se aos mesmos moldes descritos nos itens anteriores.
- 6.7.** A licitante vencedora que vier a ser contratada ficará obrigada ao cumprimento integral de sua proposta, ainda que algum item não tenham sido objeto de verificação na análise do manual/catálogo/folder.
- 6.7.1.1.** A empresa licitante deverá apresentar, declaração oficial emitida pelo fabricante da solução ofertada que comprove que a licitante é um parceiro credenciado e está plenamente autorizada a:
- 6.7.1.1.1.** Comercializar os produtos e licenças que compõem a solução no território nacional;
 - 6.7.1.1.2.** Prestar os serviços de instalação, configuração e implantação da solução;
 - 6.7.1.1.3.** Prestar suporte técnico, manutenção e acionar a garantia dos equipamentos e softwares junto ao fabricante.
 - 6.7.1.1.4.** Alternativamente, será aceita a comprovação de status de parceiro (por exemplo, Gold, Platinum ou equivalente) diretamente no portal público do fabricante, desde que a página comprove explicitamente as aptidões para comercialização, instalação e suporte da solução requerida.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições previstas quanto ao cadastro do SICAF, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas), CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas) e CEPIM (Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;

7.1.4. Cadastro de Empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/combate-ao-trabalho-escravo-e-analogo-ao-de-escravo>); e

7.1.5. Sistema Inabilitados e Inidôneos disponível no portal do TCU (<https://contas.tcu.gov.br>); e

7.1.6. Cadastro de Empresas Penalizadas pelo Sistema Sebrae.

7.2. Inicialmente o pregoeiro fará a análise do atendimento dos documentos de habilitação mediante a verificação, por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em especial ao documentos indicados no item 4.

7.2.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.2.2. Caso a documentação exigida não esteja contemplada no SICAF, o Pregoeiro convocará o licitante para que no prazo máximo de **02 (duas) horas, contado a partir da convocação**, faça o anexo dos documentos de habilitação remanescentes, indicados no item DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, deste Edital, por meio do sistema Eletrônico, opção “inclusão de anexo”.

7.2.3. Caso os documentos e informações não atendam aos requisitos estabelecidos no item DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, deste Edital, a Comissão Permanente de Licitações verificará a possibilidade de

suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações.

7.2.3.1. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.2.3.2. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.

7.2.3.3. Decorrido o prazo indicado no item 8.2.2, não será permitida a substituição ou complementação dos documentos, salvo em sede de diligência, o qual o pregoeiro poderá conceder novo e único prazo de 02 (duas) horas, para:

7.2.3.3.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.2.3.3.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.2.3.3.3. Recebimento de novo documento de habilitação que comprove condição pré-existente à abertura da sessão pública.

7.2.4. A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de documentos, desde que os envie no curso da própria sessão pública do Pregão e até a decisão sobre a habilitação, por meio do endereço eletrônico comissaoelicitacao@sebraesp.com.br.

7.2.5. Em qualquer caso, o Pregoeiro poderá requerer a remessa dos documentos de habilitação por meio do endereço eletrônico comissaoelicitacao@sebraesp.com.br.

7.2.6. O SEBRAE-SP não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas anteriores, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

7.2.7. As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais não estão desobrigadas da apresentação de nenhum documento de habilitação constante deste edital. Entretanto, qualquer irregularidade fiscal poderá ser corrigida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do ato de declaração da vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Órgão de Julgamento da licitação, sob pena da perda do direito à contratação, sem prejuízo da possível aplicação da penalidade consistente na suspensão do direito de licitar ou contratar com o Sistema SEBRAE pelo prazo de até 06 (seis) anos.

7.2.7.1. Ocorrendo a habilitação na forma indicada no subitem anterior, deste item, a sessão pública será suspensão pelo Pregoeiro, observados os prazos ali previstos, para que a licitante vencedora possa regularizar seus documentos.

7.2.7.2. Por ocasião da retomada da sessão, a Comissão Permanente de Licitações decidirá motivadamente sobre a regularização fiscal ou não por parte da licitante microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedores individuais ou sobre a prorrogação de prazo para tal finalidade, nos termos descritos pelo subitem anterior.

7.3. Se a oferta não for aceitável, se a licitante for inabilitada ou não sendo saneada a irregularidade fiscal, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.3.1. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será declarada vencedora do certame.

7.3.2. Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. Deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos pelos meios eletrônicos descritos neste edital.

8. DO RECURSO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. Divulgado o vencedor, finalizada a etapa ou saneada a irregularidade fiscal por parte da licitante microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, o sistema informará às licitantes, que poderão manifestar seu interesse em interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, no prazo de 10 (dez) minutos, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.

8.2. Havendo a manifestação da intenção, na forma indicada no subitem anterior, em qualquer etapa do pregão, o sistema informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de até 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, e às demais licitantes que poderão apresentar contrarrazões, em igual prazo, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, devendo os interessados procurarem pelo Pregoeiro ou pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, através do e-mail comissaodelicitacao@sebraesp.com.br.

8.3. Os memoriais de recurso e as contrarrazões deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, no sítio www.gov.br/compras, observados os prazos nele estabelecidos.

8.4. A falta de interposição na forma prevista nos subitens anteriores, deste item, importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro proporá à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório. **Não serão aceitos os memoriais apresentados por licitante que não tenha manifestado a intenção de interpor recurso em campo próprio disponibilizado no sistema ou que não respeitem o prazo estipulado acima.**

8.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto em favor do (s) vencedor (es) do certame.

9. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

9.2. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

9.2.1. Fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade.

9.2.2. Durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

9.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

10. DAS CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

10.1. A Unidade Aquisições e Credenciamento do SEBRAE-SP convocará a licitante para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, prorrogável por igual período, se solicitado pela licitante vencedora durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Unidade.

10.2. A CONTRATADA deverá providenciar, como condição para a assinatura do contrato:

10.2.1. Indicação do responsável pela assinatura do contrato contendo o nome completo, número da cédula de identidade – RG e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF.

10.2.2. Indicação do representante da CONTRATADA durante a execução do contrato, contendo o nome completo, número da cédula de identidade – RG e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF.

10.2.3. Cópia da cédula de identidade – RG e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF da pessoa responsável pela assinatura do contrato, sendo ela representante legal da empresa ou procurador devidamente constituído.

10.2.4. Instrumento público ou particular de mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando o assinante não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social.

10.2.5. Estatuto ou Contrato Social da empresa, caso tenham ocorrido alterações que envolvam a representação legal da licitante, após a realização da sessão pública.

10.2.6. Documentos apresentados na fase de habilitação que, por ocasião da assinatura do contrato, estiverem com a data de validade vencida.

10.3. Caso a licitante vencedora não assine o contrato no prazo fixado no item 11.1 ou por ocasião de sua assinatura, não apresente os documentos estipulados no item anterior, ficará sujeita às penalidades previstas no Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE e neste Edital.

10.4. Na hipótese de ocorrência do referido no subitem anterior, o SEBRAE-SP poderá ainda revogar a licitação ou convocar as licitantes remanescentes para assinar o contrato, observada a ordem de classificação.

10.5. As licitantes remanescentes que se recusarem a assinar o contrato ou documento equivalente ou, por ocasião de sua assinatura, não apresentar os documentos estipulados nos itens anteriores, também estarão sujeitas às penalidades descritas neste Edital, salvo se apresentarem motivo justo, comprovado documentalmente e aceito pela Unidade Aquisições e Credenciamento do SEBRAE-SP.

11. DAS PENALIDADES

11.1. São causas ensejadoras de aplicação das penalidades previstas no Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE, inclusive a suspensão do direito de licitar e contratar com o SEBRAE-SP pelo prazo de até 03 (três) anos, além de multa de 10% (dez por cento) do valor total da proposta comercial apresentada, salvo se houver motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Unidade Aquisições e Credenciamento do SEBRAE-SP.

11.1.1. A não manutenção da proposta ou dos valores ofertados por ocasião da realização da sessão pública de lances.

11.1.2. A recusa a assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos exigidos neste Edital.

11.2. São causas ensejadoras de aplicação da suspensão do direito de licitar e contratar com o Sistema Sebrae pelo prazo de até 06 (seis) anos:

11.2.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.2.2. Fraudar a licitação ou comportar-se de modo inidôneo;

11.2.3. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.2.4. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3. Para aplicação das penalidades aqui previstas, a licitante será notificada para apresentação de defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

11.4. As penalidades previstas neste edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.5. As penalidades inerentes à esfera contratual estão disciplinadas no corpo da minuta do contrato, que integra o presente edital.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes, para o Pregoeiro até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais até a etapa de habilitação.

12.2. A chamada inicial deste Pregão será publicada no portal do SEBRAE-SP (www.scf3.sebrae.com.br/portalcf) e, no sítio eletrônico www.gov.br/compras, como forma de ampliar a divulgação e competitividade do certame. Contudo, os atos subsequentes, tais como despachos, decisões, recursos, impugnações, revogações, anulações e todos os demais, serão divulgados exclusivamente nos sítios eletrônicos www.gov.br/compras e www.sebrae.com.br, devendo os interessados acompanharem o andamento, não podendo alegar ignorância.

12.3. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, exclusivamente através do e-mail comissaodelicitacao@sebraesp.com.br solicitar esclarecimentos, informações ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.

12.4. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações, será enviada para o e-mail comissaodelicitacao@sebraesp.com.br sendo de exclusiva responsabilidade do licitante o envio e verificação de recebimento pelo SEBRAE-SP, não podendo alegar extravio, não recebimento, envio para o spam ou indisponibilidades pelo Sebrae-SP.

12.5. As impugnações serão respondidas pelo subscritor do Edital e os esclarecimentos e informações prestados pelo Pregoeiro, por e-mail e site do Sebrae, no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para abertura da sessão pública.

12.6. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, caso seja essa a decisão, nos mesmos meios de divulgação da publicação inicial.

12.7. Em caso de republicação do ato convocatório, o edital será disponibilizado no Sistema de Compras do Governo Federal e no Portal do SEBRAE-SP.

12.8. A simples participação na presente licitação evidencia ter as proponentes examinado cuidadosamente este edital e seus anexos, e se inteirado de todos os seus detalhes e com eles haver concordado.

12.9. O SEBRAE-SP não admitirá declarações, posteriores à abertura das propostas, de desconhecimento de fatos ou disposições editalícias, no todo ou em parte, que dificultem ou impossibilitem o julgamento das propostas à licitante vencedora.

12.10. É facultado ao Pregoeiro/Comissão Permanente de Licitações e/ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo. Será vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou dos documentos de habilitação, exceto quando se tratar de documento destinado a comprovar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, cuja apresentação não resulte em desequilíbrio entre os concorrentes.

12.10.1. A inobservância do prazo fixado para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta e/ou inabilitação da licitante.

12.11. Fica assegurado ao SEBRAE-SP o direito de revogar, no todo ou em parte, a presente licitação, mediante justificativa, sem que, em decorrência dessa medida, tenham as licitantes direito à indenização, compensação ou reclamação de qualquer natureza.

12.12. O parecer e/ou justificativa do ato revogatório será divulgado nos sítios eletrônicos www.gov.br/compras e site do Sebrae, a partir de quando fluir o prazo para recurso, garantindo, de tal sorte, a ampla defesa e o contraditório.

12.13. O recurso contra a decisão revogatória deverá ser interposto até as 17h30min do último dia previsto para sua interposição, exclusivamente por meio do endereço eletrônico (comissaodelicitacao@sebraesp.com.br), em até 05 (cinco) dias úteis.

12.14. O SEBRAE-SP poderá cancelar a presente licitação, mediante justificativa, antes da assinatura do contrato, sem que, em decorrência dessa medida, tenha a licitante vencedora ou qualquer outro licitante, direito à indenização, compensação ou reclamação de qualquer natureza.

12.15. Os casos omissos deste edital serão resolvidos pelo Pregoeiro/Comissão de Permanente de Licitações, com a aplicação das disposições do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE, e as questões relativas ao sistema, pelo telefone 0800 978 9001 ou pelo portal de atendimento <https://portaldeservicos.economia.gov.br/>

12.16. Fazem parte deste edital, como anexos, o termo de referência, o modelo de proposta comercial, a minuta do contrato e outros que, eventualmente, o seguirem.

ANEXO – DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO

Eu, _____ declaro que a empresa _____ (nome da empresa) _____, CNPJ sob o nº _____, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, bem como não se enquadra nos impedimentos previstos no artigo 73 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE (Resolução CDN nº 493/2024), abaixo descrito:

Art. 73. Não poderão participar de licitações nem contratar com o Sistema Sebrae:

I - Empregado, diretor ou pessoas jurídicas que tenham em seus quadros societários empregados ou diretores. Fica vedada, ainda, a contratação de entidades sem fins lucrativos que tenham empregados ou diretores como dirigentes dessas entidades.

§ 1º As entidades integrantes dos Conselhos Deliberativos e Fiscais não poderão ser contratadas pelas suas respectivas Unidades do Sistema Sebrae, vedação que se estende também aos conselheiros, titulares e suplentes, quando integrantes do quadro societário de pessoas jurídicas com fins lucrativos ou dirigentes de entidades sem fins lucrativos.

§ 2º A pessoa jurídica que tenha como sócio ex-membro dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, não poderá prestar serviços para Unidade do Sistema Sebrae que exerceu suas atividades, antes do decurso do prazo mínimo de quarentena de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de sua saída do Conselho.

§ 3º A pessoa jurídica que tenha como sócio ex-empregado, não poderá prestar serviços para a Unidade do Sistema SEBRAE contratante do ex-empregado, antes do decurso do prazo de 18 (dezoito) meses, contados a partir da respectiva demissão ou desligamento, exceto se os referidos sócios forem aposentados.

§ 4º As vedações previstas no § 1º não se aplicam ao Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e aos Serviços Sociais Autônomos, nem às pessoas jurídicas integrantes da Administração Pública, Direta ou Indireta, federal, estadual ou municipal.

(Assinatura do responsável legal ou procurador)

ANEXO - CADASTRO DE EMPRESA

Nome fantasia:	
Razão social:	
CNPJ:	
Inscrição estadual:	
Inscrição municipal:	
Optante simples nacional:	
Porte da empresa:	() micro () pequena () MEI () média () grande
Número de funcionários:	
O que vai fornecer:	
Rua/Avenida:	
Número:	
Complemento:	
Bairro:	
Cidade:	
Estado:	
País:	
CEP:	
Telefone:	
Email:	
Contato:	

*** As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais deverão preencher também a declaração nos termos abaixo.**

(nome da empresa), qualificação, tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc), endereço completo, inscrita no CNPJ (xxxx), neste ato representada pelo (cargo) (nome do representante legal), portador da cédula de identidade RG (xxxx), inscrito no CPF/MF (xxxx), **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos do art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas, por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º art. 3º da Lei Complementar 123/06.

Local, data, nome e assinatura do representante legal ou procurador

ANEXO – VALOR REFERENCIAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (A)	VALOR UNITÁRIO POR ITEM (B)	VALOR MENSAL (C = AxB)	VALOR TOTAL (D)
3.5.2	Fornecimento - Equipamento TIPO1	Unidade	8	R\$ 390.985,14		R\$ 3.127.881,12
3.5.3	Fornecimento - Equipamento TIPO2	Unidade	66	R\$ 30.452,71		R\$ 2.009.878,86
3.5	Solução Gerenciamento de Configuração Centralizado	Unidade	74	R\$ 3.388,55		R\$ 250.752,70
3.5.14	Solução de relatoria e centralização de logs por equipamento	Unidade	74	R\$ 19.899,55		R\$ 1.472.566,70
3.5.15	Serviços de instalação física e configuração lógica	Unidade	74	R\$ 15.223,43		R\$ 1.126.533,82
3.5.17	Suporte e Operação da Solução	Mensal	36		R\$ 50.909,09	R\$ 1.832.727,24
3.5.18	Garantia on-site para 36 meses - equipamentos do tipo 1 (pagamento único)	Unidade	8	R\$ 711.342,00		R\$ 5.690.736,00
3.5.18	Garantia on-site para 36 meses - equipamentos do tipo 2(pagamento único)	Unidade	66	R\$ 58.261,26		R\$ 3.845.243,16

**ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO 1705-2025**

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para aquisição, instalação e suporte especializado de solução de segurança de perímetro (Next Generation Firewall).

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A crescente sofisticação das ameaças cibernéticas, como ransomware, ataques de dia-zero e tentativas de exfiltração de dados, tornou as abordagens de segurança tradicionais insuficientes. A proteção de perímetro baseada apenas em regras de portas e IPs não é mais capaz de identificar ou bloquear ataques modernos que exploram aplicações e o comportamento do usuário. A ausência de uma solução de segurança de nova geração representa um risco direto à integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados e sistemas críticos da organização, podendo levar a perdas financeiras, danos à reputação e interrupção das operações.

2.2. Um firewall de nova geração com capacidades de IA, análise comportamental e sandboxing é fundamental não apenas para defender, mas para habilitar a inovação com segurança, garantindo a proteção de dados sensíveis, o cumprimento de normativos como a LGPD e a mitigação de riscos de indisponibilidade.

2.3. Assim, visando atender as estratégias e permitir a continuidade da entrega eficiente destes serviços, buscando evitar impactos negativos ao negócio, faz-se necessário termos um ambiente com alta disponibilidade, para isso, temos a necessidade de aquisição de novos equipamentos contemplando em seu escopo, um fornecedor que ofereça serviços de manutenção e suporte que compreendam desde a manutenção preventiva e corretiva, até à integridade física destes equipamentos.

2.4. Esta contratação pretende, portanto, dotar a SEBRAE-SP de infraestrutura técnica adequada aos parâmetros da política de TI, no que diz respeito ao aumento e continuidade de um ambiente tecnológico seguro e que suporte as necessidades dos sistemas de informação necessários à operação da rede e do negócio da Empresa.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. As configurações descritas para o fornecimento (aquisição) dos equipamentos e execução dos serviços são parâmetros mínimos a serem atendidos.

3.2. Os equipamentos a serem fornecidos deverão ser novos (primeiro uso). Sendo assim serão aceitos equipamentos que ofereçam características superiores aos solicitados nas especificações.

3.3. Todos os equipamentos deverão ser do mesmo fabricante.

3.4. A solução deverá possuir e ser implantado funcionalidade de IA (Inteligência Artificial).

3.4.1. A plataforma deverá oferecer um módulo de investigação de incidentes guiado por Inteligência Artificial. Ao identificar uma ameaça, o sistema deverá correlacionar automaticamente todos os eventos, artefatos e atividades de usuários relacionados, apresentando uma linha do tempo clara do ataque. A IA deverá analisar os dados para determinar a causa raiz, avaliar o impacto e sugerir os próximos passos para investigação e remediação, acelerando o tempo de resposta (MTTR).

3.4.2. A solução deverá incluir funcionalidades de *Threat Hunting* potencializadas por Inteligência Artificial. Deverá ser capaz de analisar proativamente grandes volumes de dados de telemetria para identificar padrões anômalos, táticas, técnicas ou procedimentos de atacantes que não foram detectados pelos sistemas de segurança automáticos. A IA deverá destacar as atividades mais suspeitas para investigação humana.

3.4.3. A plataforma deverá contar com um motor de orquestração e automação que permita a criação, personalização e execução de *playbooks* (fluxos de trabalho automatizados) para resposta a incidentes. Deverá ser possível definir gatilhos (ex: detecção de malware) que iniciem a execução de uma sequência de ações pré-definidas, como enriquecimento de dados, contenção de ameaças e notificação de equipes.

3.4.4. A solução deverá garantir a capacidade de aplicar novas regras de detecção e controles de segurança em toda a infraestrutura gerenciada de forma imediata. Ao criar ou modificar uma política, a atualização deverá ser distribuída e ativada em todos os pontos de controle (gateways, endpoints) em tempo real ou quase real, garantindo proteção ágil contra ameaças emergentes.

3.5. CARACTERÍSTICAS GERAIS

3.5.1. EQUIPAMENTO TIPO 1: FIREWALL DE PRÓXIMA GERAÇÃO

3.5.1.1. Este equipamento deverá ter a função de NGFW (*NEXT GENERATION FIREWALL*) atuando com o intuito de consolidar todos os enlaces WAN da unidade, tais como links de Internet, MPLS, entre outros, para utilização da engenharia de, provendo ainda de modo integrado conectividade segura, viabilizando assim o acesso local à Internet de modo seguro.

3.5.1.2. Deverá suportar, no mínimo, 127 Gbps de throughput de Firewall.

3.5.1.3. Deverá suportar, no mínimo, 41 Gbps de throughput de IPS.

- 3.5.1.4.** Deverá suportar, no mínimo 20 Gbps de throughput com as seguintes funcionalidades habilitadas simultaneamente, devidamente ativadas e atuantes: firewall, controle de aplicação, IPS e antimalware, com log habilitado.
- 3.5.1.5.** Suporte a, no mínimo, 15 milhões de conexões simultâneas.
- 3.5.1.6.** Suporte a, no mínimo, 534 mil novas conexões por segundo.
- 3.5.1.7.** Estar licenciado e suportar, 2.000 túneis de VPN IPSec Site-to-Site simultâneos ou Throughput de VPN IPsec superior a 70 Gbps
- 3.5.1.8.** Estar licenciado e suportar, 8.000 túneis de clientes VPN IPSec simultâneos.
- 3.5.1.9.** Possuir ao menos 8 interfaces 1GB SFP.
- 3.5.1.10.** Possuir ao menos 4 interfaces 10GE SFP+.
- 3.5.1.11.** Possuir ao menos 4 interfaces 25GE SFP28.
- 3.5.1.12.** Possuir fonte redundante de alimentação de 100–240V AC.
- 3.5.1.13.** Possuir disco interno de pelo menos 400GB.
- 3.5.1.14.** Deverá possuir suporte a criação de sistemas virtuais no mesmo NFGW e que possam ser administrados por equipes distintas.
- 3.5.1.15.** Deverá ser possível realizar um espelhamento do tráfego de-criptografado.
- 3.5.1.16.** O equipamento deverá ser compatível com instalação em rack padrão de 19 polegadas e ser entregue com os trilhos de fixação.
- 3.5.1.17.** Deverá ser entregue para todas as portas disponíveis do equipamento ofertado os transceptores multimodo LC do tipo Fibra com velocidade de interface de no mínimo 1Gbps, 10Gbps e 25SFP28, respeitando a velocidade máxima suportada de cada interface do equipamento. Os transceptores deverão ser do mesmo Fabricante e suportados pelo modelo do equipamento, para garantir a interoperabilidade e suporte nos mesmos.
- 3.5.1.18.** Para cada equipamento fornecido, deverão ser entregues dois (2) Cordões Ópticos Multimodo OM4 Duplex LC.

3.5.2. FIREWALL DE PRÓXIMA GERAÇÃO TIPO 2

3.5.2.1. Este equipamento deverá ter a função de NGFW (*NEXT GENERATION FIREWALL*) atuando com o intuito de consolidar todos os enlaces WAN da unidade, tais como links de Internet, MPLS, entre outros, para utilização da engenharia de, provendo ainda de modo integrado conectividade segura, viabilizando assim o acesso local à Internet de modo seguro.

3.5.2.2. Deverá suportar, no mínimo, 16 Gbps de throughput de Firewall.

3.5.2.3. Deverá suportar, no mínimo, 4,5 Gbps de throughput de IPS.

3.5.2.4. Deverá suportar, no mínimo 2,2 Gbps de throughput com as seguintes funcionalidades habilitadas simultaneamente, devidamente ativadas e atuantes: firewall, controle de aplicação, IPS e antimalware, com log habilitado.

3.5.2.5. Suporte a, no mínimo, 2.2 milhões de conexões simultâneas.

3.5.2.6. Suporte a, no mínimo, 90 mil novas conexões por segundo.

3.5.2.7. Estar licenciado para e suportar, 200 túneis de VPN IPSec Site-to-Site simultâneos ou Throughput de VPN IPsec superior a 5 Gbps

3.5.2.8. Estar licenciado para e suportar, 200 túneis de clientes VPN IPSec simultâneos.

3.5.2.9. Possuir ao menos interfaces 8 GE RJ45.

3.5.2.10. Possuir ao menos interfaces 2 10GE SFP+.

3.5.2.11. Possuir 2 fontes de alimentação de 100–240V AC.

3.5.2.12. Possuir disco interno de pelo menos 64GB.

3.5.2.13. Deverá ser entregue para todas as portas disponíveis do equipamento ofertado os transceptores multimodo LC do tipo Fibra SFP+ com velocidade de interface de no mínimo 10Gbps, respeitando a velocidade máxima suportada de cada interface do equipamento. Os transceptores deverão ser do mesmo Fabricante e suportados pelo modelo do equipamento, para garantir a interoperabilidade e suporte nos mesmos.

3.5.2.14. Para cada equipamento fornecido, deverão ser entregues dois (2) Cordões Ópticos Multimodo OM4 Duplex LC.

3.5.3. FUNCIONALIDADES

3.5.3.1. Os equipamentos deverão ser novos e sem uso anterior. O modelo ofertado deverá estar em linha de produção, sem previsão de encerramento de fabricação na data de entrega da proposta.

3.5.3.2. Deverá possuir licenciamento durante a vigência do contrato para as subscrições de filtro web e de conteúdo, IPS, controle de aplicação, proteção contra ameaças avançadas incluindo, mas não se limitando a antivírus, botnet, sandbox.

3.5.3.3. Deverá ser entregue em alta disponibilidade do tipo ativo-passivo ou ativo-ativo, conforme definição no planejamento da implantação, evitando assim interrupção no serviço e minimizando o impacto ao referido órgão.

3.5.3.4. Cada equipamento deverá ser entregue já com as interfaces e 1 (um) cabo necessário para implementação de alta disponibilidade, compatíveis com as portas existentes e com um comprimento mínimo de 1 metro.

3.5.3.5. A solução deverá estar devidamente licenciada durante toda a vigência do contrato para atender as funções, funcionalidades e serviços para no mínimo:

3.5.3.5.1. Controle de Aplicações;

3.5.3.5.2. Proteção IPS;

3.5.3.5.3. Proteção contra Ameaças Avançadas;

3.5.3.5.4. Filtro Web e de Conteúdo;

3.5.3.5.5. Análise de malwares modernos em nuvem do mesmo fabricante;

3.5.3.5.6. Roteamento inteligente de aplicações;

3.5.3.5.7. VPN site-to-site e client-to-site.

3.5.3.5.8. SD-WAN;

3.5.3.5.9. DLP;

3.5.3.5.10. Garantia e suporte remoto diretamente com o fabricante na modalidade de 24x7, durante toda a vigência do contrato;

3.5.3.5.11. A solução deverá consistir em plataforma de proteção de rede baseada em equipamento físico com funcionalidades de Next Generation Firewall (NGFW), não sendo permitido appliances virtuais ou solução open source;

- 3.5.3.5.12.** Por funcionalidades de NGFW entende-se: reconhecimento de aplicações, prevenção de ameaças, identificação de usuários e controle granular de permissões.
- 3.5.3.5.13.** A plataforma deverá ser otimizada para análise de conteúdo de aplicações em camada 7 com base no modelo OSI.
- 3.5.3.5.14.** O gerenciamento da solução deverá suportar acesso via SSH e WEB (HTTPS).
- 3.5.3.5.15.** Deverá suportar tags de VLAN (802.1Q);
- 3.5.3.5.16.** Deverá possuir suporte a agregação de links via 802.3ad LACP;
- 3.5.3.5.17.** Deverá possuir ferramenta de diagnóstico do tipo tcpdump e ainda dispor de ferramenta integrada à interface web para capturar informações dos pacotes em tempo real, podendo aplicar filtros, tais como IPs e portas, e ainda ter disponível a possibilidade de exportar a captura para um arquivo do tipo PCAP visando estender a análise para um software terceiro, tal como Wireshark;
- 3.5.3.5.18.** Deverá possuir integração com servidores de autenticação RADIUS, LDAP e Microsoft Active Directory;
- 3.5.3.5.19.** Deverá possuir integração com tokens para autenticação de duplo fator;
- 3.5.3.5.20.** Deverá suportar single-sign-on;
- 3.5.3.5.21.** Deverá possuir a funcionalidade de tradução de endereços estáticos – NAT (Network Address Translation), um para um, N-para-um, vários para um, NAT64, NAT66, NAT46 e PAT. Para o equipamento tipo 2, as funcionalidades para NAT64, NAT66, NAT46 são opcionais.
- 3.5.3.5.22.** Deverá suportar roteamento estático para IPv4 e IPv6;
- 3.5.3.5.23.** Deverá suportar roteamento dinâmico para IPv4 e IPv6 (OSPF, OSPFv2, OSPFv3, BGP, RIP);
- 3.5.3.5.24.** Deverá suportar ECMP ou protocolo similar;
- 3.5.3.5.25.** Os dispositivos de proteção de rede deverão possuir suporte a roteamento multicast (PIM-SM e PIM-DM);
- 3.5.3.5.26.** Deverá possuir funcionalidades de DHCP Cliente, Servidor e Relay;
- 3.5.3.5.27.** Deverá suportar aplicações multimídia, tais como: H.323 e SIP;
- 3.5.3.5.28.** Deverá suportar alta disponibilidade (HA), trabalhando no esquema de redundância do tipo Ativo-Passivo e Ativo-Ativo;

- 3.5.3.5.29.** Deverá permitir o funcionamento em modo transparente tipo “*bridge*”;
- 3.5.3.5.30.** Deverá suportar PBR – Policy Based Routing;
- 3.5.3.5.31.** Deverá possuir conexão entre estação de gerência e NFWG criptografada, tanto em interface gráfica, quanto em CLI (linha de comando);
- 3.5.3.5.32.** Deverá possuir mecanismo de anti-spoofing;
- 3.5.3.5.33.** Deverá permitir criação de regras definidas pelo usuário;
- 3.5.3.5.34.** Deverá suportar sFlow ou Netflow;
- 3.5.3.5.35.** Os dispositivos de proteção de rede deverão possuir suporte a Jumbo Frames;
- 3.5.3.5.36.** Deverá permitir autenticação de usuários em base local, servidor LDAP, RADIUS e TACACS;
- 3.5.3.5.37.** Deverá permitir funcionamento em modo bridge em camada 2, roteador em camada 3, proxy explícito e sniffer via espelhamento;
- 3.5.3.5.38.** Deverá possuir mecanismo de tratamento de sessão (session-helpers ou ALGs);
- 3.5.3.5.39.** Permitir, para o gerenciamento da solução, interface de administração via web no próprio dispositivo;
- 3.5.3.5.40.** Deverá permitir monitorar via SNMP o uso de CPU, memória, espaço em disco, VPN, situação do cluster e eventos de segurança;
- 3.5.3.5.41.** O equipamento ofertado deverá continuar tratando o tráfego corretamente, sem causar interrupção das comunicações, mesmo no caso de queda da comunicação dos equipamentos com a solução de gerência centralizada;
- 3.5.3.5.42.** Deverá possuir conectores de SDN e dessa forma ser capaz de sincronizar de forma automática objetos;
- 3.5.3.5.43.** Deverá possuir a capacidade de criar automações através de gatilhos e ações, possibilitando uma atuação mais proativa;
- 3.5.3.5.44.** Suporte a configuração de alta disponibilidade Ativo/Passivo e Ativo/Ativo;
- 3.5.3.5.45.** A configuração em alta disponibilidade deverá sincronizar:
 - 3.5.3.5.45.1.** Sessões;

- 3.5.3.5.45.2.** Configurações, incluindo, mas não limitado às políticas de Firewall, NAT, QoS e objetos de rede;
- 3.5.3.5.45.3.** Associações de Segurança das VPNs;
- 3.5.3.5.45.4.** Tabelas FIB;
- 3.5.3.5.45.5.** Assinaturas de IPS, Antivírus e AntiSpyware;
- 3.5.3.5.46.** A configuração de alta disponibilidade deverá possibilitar monitoração de falha de link;
- 3.5.3.5.47.** Deverá possuir controle de acesso à Internet por endereço IP de origem e destino;
- 3.5.3.5.48.** Deverá possuir controle de acesso à Internet por subrede;
- 3.5.3.5.49.** Deverá suportar controles por zonas de segurança;
- 3.5.3.5.50.** Deverá suportar controles de políticas por porta e protocolo;
- 3.5.3.5.51.** Deverá suportar controles de políticas por aplicações, grupos estáticos de aplicações e grupos dinâmicos de aplicações;
- 3.5.3.5.52.** Controle de políticas por usuários, grupos de usuários, IPs, range de IPs, subrede, FQDN e zonas de segurança;
- 3.5.3.5.53.** Deverá suportar a criação de políticas por geo-localização, permitindo que o tráfego de determinado País/Países seja bloqueado;
- 3.5.3.5.54.** Deverá possibilitar a visualização dos países de origem e destino nos logs dos acessos;
- 3.5.3.5.55.** Deverá possibilitar criar políticas com exceções, onde seja possível especificar que uma política será aplicada somente caso a origem ou destino do tráfego não seja um determinado objeto, tal como uma subrede, ou seja, se a subrede não for, por exemplo 192.168.0.0/24, o tráfego deverá ser tratado. Para o equipamento tipo 2, a funcionalidade é opcional.
- 3.5.3.5.56.** Controle, inspeção e de-criptografia de SSL por política para tráfego de saída;
- 3.5.3.5.57.** Deverá ser possível realizar um espelhamento do tráfego de-criptografado.
- 3.5.3.5.58.** Deverá de-criptografar tráfego de saída em conexões negociadas com TLS 1.2 ou TLS 1.3;
- 3.5.3.5.59.** A inspeção SSL deverá ser compatível com HTTP2 ou HTTP3. Tal inspeção é essencial uma vez que uma grande quantidade de web sites públicos estão utilizando o protocolo em questão, tais como serviços de compartilhamento de vídeos, sites de busca e redes sociais, os quais estão sendo diariamente consumidos por usuários corporativos e externos.

- 3.5.3.5.60.** Deverá permitir o bloqueio de arquivo por sua extensão e possibilitar a correta identificação do arquivo por seu tipo mesmo quando sua extensão for renomeada;
- 3.5.3.5.61.** Deverá suportar objetos de endereço IPv4 e IPv6 consolidados na mesma política de firewall;
- 3.5.3.5.62.** Suporte a objetos e regras multicast;
- 3.5.3.5.63.** Deverá ser possível criar políticas de firewall utilizando serviços de ameaças de terceiros, onde o firewall receberá uma lista de endereços IPs maliciosos, por exemplo, a qual poderá ser utilizada para bloqueio do tráfego.
- 3.5.3.5.64.** Deverá possuir indicadores de detecção de vulnerabilidades detectadas de ativos na rede.
- 3.5.3.5.65.** Deverá ser possível criar política de firewall em modo de aprendizado, onde o equipamento deverá monitorar o tráfego que transita nas interfaces de origem e destino e registrar logs de eventos.
- 3.5.3.5.66.** Deverá possuir indicações na interface de sugestões de melhores práticas e avisos de posturas de segurança para serem aplicados no firewall, baseados em controles como CIS 3 e CIS 10, além de sugestões do próprio fabricante.
- 3.5.3.5.67.** Deverá possuir base com objetos contendo endereços IPs de serviços da Internet como, a citar, mas não se limitando a Microsoft Azure, Google e Microsoft Office 365, atualizados dinamicamente pela solução.
- 3.5.3.5.68.** Deverá possuir controle de aplicações SaaS como Microsoft Office 365 e G-Suite, a nível de identificar e bloquear acessos a instâncias fora das instâncias da corporação.
- 3.5.3.5.69.** Deverá possuir base de dados do fabricante para identificação dinâmica de padrões de dados como cartões de crédito e CPF e bloqueio desses dados no firewall.
- 3.5.3.5.70.** O serviço de prevenção contra perda de dados (DLP) deverá estar devidamente ativado, configurado e operacional no firewall, garantindo a inspeção e controle de informações sensíveis em trânsito.
- 3.5.3.5.71.** Suportar a atribuição de agendamento das políticas com o objetivo de habilitar e desabilitar políticas em horários pré-definidos automaticamente;
- 3.5.3.5.72.** Deverá dispor de ferramenta para auxiliar a descobrir quais políticas correspondem a um determinado perfil de tráfego, facilitando assim a administração diária da solução e facilmente encontrando quais políticas estão sendo atribuídas a um determinado IP.

3.5.3.5.73. Ao detectar uma ameaça, a plataforma deverá ser capaz de acionar respostas automáticas e pré-definidas, como isolar um dispositivo da rede, bloquear um endereço de IP em todas as políticas ou acionar um alerta em sistemas de terceiros.

3.5.3.5.74. Deverá ter a capacidade de se alimentar dinamicamente de múltiplas fontes de inteligência de ameaças globais, utilizando IA para correlacionar os dados e aplicar proteções de forma proativa contra novas campanhas de ataque identificadas mundialmente.

3.5.3.5.75. Todos os equipamentos de NGFW, deverão estar homologados na ANATEL.

3.5.4. FUNCIONALIDADES DE CONTROLE DE APLICAÇÕES:

3.5.4.1. Deverá reconhecer, no mínimo, 4500 (quatro mil e quinhentas) aplicações com base na camada 7 do modelo OSI;

3.5.4.2. Deverá permitir o monitoramento do tráfego de aplicações sem bloqueio de acesso aos usuários;

3.5.4.3. Deverá ser capaz de controlar aplicações independente do protocolo e porta utilizados, identificando-as apenas pelo comportamento de tráfego;

3.5.4.4. Para tráfego criptografado SSL, deverá descriptografar os pacotes a fim de possibilitar a leitura do conteúdo do pacote para checagem de assinaturas de aplicações conhecidas pelo fabricante;

3.5.4.5. Para manter a segurança da rede eficiente, deverá suportar o controle sobre aplicações desconhecidas e não somente sobre aplicações conhecidas;

3.5.4.6. Deverá ser possível bloquear aplicações detectadas em portas não comuns para aquela determinada aplicação.

3.5.4.7. Deverá permitir a criação de regras para acesso/bloqueio de aplicações por grupo de usuários do Microsoft Active Directory;

3.5.4.8. Deverá permitir a criação de regras para acesso/bloqueio por endereço IP de origem;

3.5.4.9. Permitir nativamente a criação de assinaturas personalizadas para reconhecimento de aplicações proprietárias na própria interface gráfica da solução, sem a necessidade de ação do fabricante;

3.5.4.10. Deverá atualizar a base de assinaturas de aplicações automaticamente;

3.5.4.11. O fabricante deverá permitir a solicitação de inclusão de aplicações na base de assinaturas de aplicações;

3.5.4.12. Deverá ser possível a criação de grupos de aplicações baseados em características das aplicações como: Categoria da aplicação;

3.5.4.13. Deverá possibilitar a diferenciação de tráfegos Peer-to-Peer (BitTorrent, emule etc.) possuindo granularidade de controle/políticas;

3.5.4.14. Deverá possibilitar a diferenciação de tráfegos de Instant Messaging (AIM, Hangouts, Facebook Chat, etc) possuindo granularidade de controle/políticas;

3.5.4.15. Deverá possibilitar a diferenciação e controle de partes das aplicações como por exemplo permitir o Hangouts chat e bloquear a chamada de vídeo;

3.5.4.16. Deverá possibilitar a diferenciação de aplicações Proxies (psiphon, freegate, etc) possuindo granularidade de controle/políticas;

3.5.4.17. Deverá ser possível limitar a banda (download/upload) usada por aplicações (traffic shaping), baseado no IP de origem, usuários e grupos;

3.5.4.18. Deverá ser possível a criação de grupos dinâmicos de aplicações baseados em características das aplicações como: Nível de risco da aplicação e Categoria da aplicação;

3.5.4.19. Deverá ser possível sobrescrever uma determinada ação para uma aplicação e para um filtro, sendo que os filtros deverão ter a possibilidade de ser adicionados com base no comportamento da aplicação, tais como aplicações com alto consumo de banda, evasivas e com comportamento de botnet.

3.5.4.20. Deverá ser possível editar uma aplicação associando parâmetros a serem analisados, tal como parâmetros associados a comandos na aplicação FTP.

3.5.4.21. Deverá ser implantado proteção contra DDOS;

3.5.5. FUNCIONALIDADES DE IPS

3.5.5.1. Deverá permitir que seja definido, através de regra por IP de origem, IP destino, protocolo e porta, qual tráfego será inspecionado pelo sistema de detecção de intrusão;

- 3.5.5.2.** Deverá possuir tecnologia de detecção baseada em assinaturas que sejam atualizadas automaticamente;
- 3.5.5.3.** Deverá possibilitar a criação de assinaturas customizadas pela interface gráfica do produto;
- 3.5.5.4.** Deverá possuir integração à plataforma de segurança;
- 3.5.5.5.** Deverá possuir capacidade de remontagem de pacotes para identificação de ataques;
- 3.5.5.6.** Deverá utilizar métodos de prevenção baseados em assinaturas, decodificadores de protocolo, análise heurística (ou monitoramento comportamental), inteligência de ameaças a partir de um centro de inteligência do próprio fabricante e detecção avançada de ameaças para evitar a exploração de ameaças conhecidas e de dia zero desconhecidas.
- 3.5.5.7.** Deverá ser capaz de realizar inspeção de pacotes criptografados, a fim de detectar e impedir ameaças de invasores neste perfil de tráfego.
- 3.5.5.8.** Deverá possuir capacidade de agrupar assinaturas para um determinado tipo de ataque, tal como agrupar todas as assinaturas relacionadas a servidores web, para que seja usado para proteção específica deste tipo de servidor e perfil de tráfego;
- 3.5.5.9.** Deverá possuir capacidade de análise de tráfego para a detecção e bloqueio de anomalias, como Denial of Service (DoS) do tipo Flood, Scan, Session e Sweep;
- 3.5.5.10.** Possuir assinaturas para bloqueio de ataques de buffer overflow;
- 3.5.5.11.** Implementar os seguintes tipos de ações para ameaças detectadas: permitir, permitir e gerar log, bloquear, reset de conexão e bloquear IP do atacante por um intervalo de tempo;
- 3.5.5.12.** Permitir ativar ou desativar as assinaturas, ou ainda, habilitar apenas em modo de monitoramento;
- 3.5.5.13.** Permitir o bloqueio de programas exploradores de vulnerabilidades conhecidos;
- 3.5.5.14.** Deverá ser possível criar políticas baseadas no alvo do ataque, seja servidor, cliente ou ambos.
- 3.5.5.15.** Deverá ser possível criar políticas com base no sistema operacional envolvido em determinada tentativa de ataque, suportando, no mínimo, Windows, Linux, MacOS, Solaris, BSD, entre outros.
- 3.5.5.16.** Deverá ser possível escanear e bloquear conexões a servidores de botnet.
- 3.5.5.17.** Deverá dispor de opção para bloquear URLs maliciosas mediante base de dados local.

3.5.5.18. Deverá ser possível habilitar a opção de salvar os pacotes correspondentes a uma determinada assinatura de IPS.

3.5.5.19. Deverá suportar a possibilidade de criar políticas baseadas em nível de severidade das assinaturas de IPS.

3.5.5.20. Deverá suportar a possibilidade de criar políticas baseadas no perfil da aplicação, tais como Apache, IIS, DB2, MySQL, PostgreSQL, MSSQL, MS Exchange, entre outros.

3.5.5.21. Deverá ser possível filtrar assinaturas com base no identificador CVE.

3.5.5.22. Deverá ser possível criar uma assinatura de IPS utilizando o identificador CVE, bem como um “wildcard” do CVE para abranger mais de um identificador;

3.5.5.23. As assinaturas deverão dispor de um resumo explicando o ataque associado, nível de severidade, impacto e uma possível recomendação, bem como deverá vincular o(s) CVE(s) correspondente(s) quando aplicável.

3.5.5.24. Deverá incluir proteção contra-ataques de negação de serviços;

3.5.5.25. Registrar no console de monitoramento as seguintes informações sobre ameaças identificadas: o nome da assinatura ou do ataque, aplicação, usuário, origem e o destino da comunicação, além da ação tomada pelo dispositivo;

3.5.6. FUNCIONALIDADES DE PROTEÇÃO CONTRA AMEAÇAS AVANÇADAS

3.5.6.1. Deverá possuir funções de antivírus e anti-spyware;

3.5.6.2. Deverá possuir antivírus em tempo real, para ambiente de gateway Internet, integrado à plataforma de segurança para os seguintes protocolos: HTTP, SMTP, IMAP, POP3, CIFS e FTP;

3.5.6.3. Deverá permitir o bloqueio de malwares (adware, spyware, hijackers, keyloggers, entre outros);

3.5.6.4. Deverá dispor de detecção baseada em aprendizado de máquina, sendo possível inspecionar e identificar funcionalidades do arquivo que possam determinar se ele tem comportamento de malware, ao invés de simplesmente realizar a análise baseada em assinaturas.

3.5.6.5. Deverá permitir o bloqueio de download de arquivos por extensão, nome do arquivo e tipos de arquivo;

3.5.6.6. Deverá permitir o bloqueio de download de arquivos por tamanho;

3.5.6.7. Deverá ser capaz de mitigar ameaças avançadas persistentes (APT), através de análises dinâmicas para identificação de malwares desconhecidos;

3.5.6.8. Deverá dispor de funcionalidade de desarme e reconstrução visando atuar em cima de arquivos Microsoft Office e PDF, mesmo no caso de o arquivo estar compactado, removendo conteúdo maliciosos como links, JavaScript, Macros, entre outros.

3.5.6.9. Deverá ser possível criar políticas de bloqueio de malware utilizando serviços de terceiros, onde o firewall receberá uma lista de hashes maliciosos.

3.5.6.10. Deverá ser capaz de mitigar ameaças avançadas persistentes (APT), através de análises dinâmicas para identificação de malwares desconhecidos;

3.5.6.11. A solução de sandbox deverá ser capaz de criar assinaturas e ainda as incluir na base de antivírus do firewall, prevenindo a reincidência do ataque;

3.5.6.12. A solução de sandbox deverá ser capaz de incluir no firewall as URLs identificadas como origens de tais ameaças desconhecidas, impedindo que esses endereços sejam acessados pelos usuários de rede novamente;

3.5.6.13. Dentre as análises efetuadas, a solução deverá suportar antivírus, consulta na nuvem, emulação de código, sandboxing e verificação de chamada de call-back;

3.5.6.14. A solução deverá analisar o comportamento de arquivos suspeitos em um ambiente controlado de sandbox. Deverá ainda disponibilizar um relatório completo da análise realizada em cada arquivo submetido, o qual poderá ser baixado para auxiliar na análise forense de um evento;

3.5.7. FUNCIONALIDADES DE FILTRO WEB E CONTEÚDO

3.5.7.1. Deverá permitir especificar política por tempo, ou seja, a definição de regras para um determinado horário ou período (dia, mês, ano, dia da semana e hora);

3.5.7.2. Deverá ser possível a criação de políticas por grupos de usuários, IPs, redes ou zonas de segurança;

3.5.7.3. Deverá possuir a capacidade de criação de políticas baseadas na visibilidade e controle de quem está utilizando quais URLs através da integração com serviços de diretório, Active Directory e base de dados local, em modo de proxy transparente e explícito;

3.5.7.4. A identificação pela base do Active Directory deverá permitir SSO, de forma que os usuários não precisem logar novamente na rede para navegar pelo firewall;

- 3.5.7.5.** Deverá suportar a capacidade de criação de políticas baseadas no controle por URL e categoria de URL;
- 3.5.7.6.** Deverá possuir a função de exclusão de URLs do bloqueio;
- 3.5.7.7.** Deverá permitir a customização de página de bloqueio;
- 3.5.7.8.** Deverá permitir o bloqueio e continuação (possibilitando que o usuário acesse um site potencialmente bloqueado informando o mesmo na tela de bloqueio e possibilitando a utilização de um botão Continuar para permitir o usuário continuar acessando o site);
- 3.5.7.9.** Deverá dispor de funcionalidade de prevenção contra phishing de credenciais analisando quais estão sendo submetidas em sites externos, permitindo ainda bloquear ou alertar o usuário.
- 3.5.7.10.** Deverá possuir a possibilidade de definir uma quota diária de uso web baseado em categoria, sendo possível estipular a quota com base em, no mínimo, tempo de uso e volume de tráfego.
- 3.5.7.11.** Deverá ser possível bloquear tráfego HTTP POST, método utilizado para envio de informação a um determinado website.
- 3.5.7.12.** Deverá possuir em sua base de dados uma lista de bloqueio contendo URLs de certificados maliciosos;

3.5.8. IDENTIFICAÇÃO DOS USUÁRIOS

- 3.5.8.1.** Deverá incluir a capacidade de criação de políticas baseadas na visibilidade e controle de quem está utilizando quais aplicações através da integração com serviços de diretório, autenticação via Active Directory e base de dados local;
- 3.5.8.2.** Deverá possuir integração com Microsoft Active Directory para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em usuários e grupos de usuários;
- 3.5.8.3.** Deverá possuir integração e suporte a Microsoft Active Directory para, no mínimo, o sistema operacional Windows Server 2012 R2;
- 3.5.8.4.** Deverá possuir integração com Microsoft Active Directory para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em usuários e grupos de usuários, suportando SSO (Single Sign-On). Essa funcionalidade não deverá possuir limites quanto a licenciamento de usuários;
- 3.5.8.5.** Deverá possuir integração com RADIUS para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em usuários e grupos de usuários;

3.5.8.6. Deverá possuir integração com LDAP para identificação de usuários e grupos permitindo granularidade de controle/políticas baseadas em Usuários e Grupos de usuários;

3.5.8.7. Deverá permitir o controle, sem instalação de cliente de software, em equipamentos que solicitem saída a Internet para que antes de iniciar a navegação, apresente-se um portal de autenticação residente no firewall do tipo portal cativo;

3.5.8.8. Deverá implementar a criação de grupos customizados de usuários no firewall, baseado em atributos do Active Directory;

3.5.9. FUNCIONALIDADES DE VPN

3.5.9.1. Suportar VPN Site-to-Site e Client-to-Site;

3.5.9.2. Suportar IPSec VPN;

3.5.9.3. Deverá possuir algoritmos de criptografia para túneis VPN: AES, DES, 3DES;

3.5.9.4. A VPN IPSec deverá suportar AES 256 (Advanced Encryption Standard);

3.5.9.5. A VPN IPSec deverá suportar autenticação MD5, SHA384 e SHA512;

3.5.9.6. A VPN IPSec deverá suportar Diffie-Hellman;

3.5.9.7. A VPN IPSec deverá suportar algoritmo Internet Key Exchange (IKE v1 e v2);

3.5.9.8. Deverá permitir habilitar e desabilitar túneis de VPN IPSec a partir da interface gráfica da solução, facilitando o processo de resolução de problemas;

3.5.9.9. Deverá possuir suporte a VPNs IPSec Site-to-Site e VPNs IPSec Client-to-Site;

3.5.9.10. Deverá permitir que todo o tráfego dos usuários remotos de VPN seja escoado para dentro do túnel de VPN, impedindo comunicação direta com dispositivos locais como proxies;

3.5.9.11. Solução deverá ser capaz de prover uma arquitetura similar ao conceito de Auto Discovery VPN – ADVPN;

3.5.9.12. Deverá suportar NAT Traversal;

3.5.9.13. A VPN IPSec deverá ser compatível com ambiente em alta disponibilidade garantindo que o tráfego de VPN não sofrerá interrupção durante um evento de HA.

3.5.9.14. Dever permitir criar políticas de controle de aplicações, IPS, Antivírus, Antipyyware e filtro de URL.

3.5.9.15. O agente de VPN IPSec client-to-site, deverá ser compatível com pelo menos: Windows 11 (64 bit), Mac OS X (v10.15 ou superior).

3.5.9.16. Deverá ser possível realizar algumas verificações da estação do usuário durante a conexão de VPN, tais como verificações de sistema operacional, antivírus habilitado, firewall habilitado, processo rodando e validação de chave de registro.

3.5.10. FUNCIONALIDADES DE ROTEAMENTO INTELIGENTE DE APLICAÇÃO

3.5.10.1. A solução deverá prover recursos de roteamento inteligente, definindo, mediante regras pré-estabelecidas, o melhor caminho a ser tomado para uma aplicação;

3.5.10.2. Deverá ser capaz de agregar pelo menos 03 (três) links em uma interface virtual;

3.5.10.3. A solução deverá ser capaz de monitorar e identificar falhas mediante a associação de verificações de saúde dos links WAN, permitindo testes de resposta por PING e HTTP. Deverá suportar ainda um método para mensurar a qualidade do tráfego de voz corporativo baseado em MOS (Mean Opinion Score);

3.5.10.4. Deverá ser permitida a criação de políticas de roteamento com base nos seguintes critérios: latência, jitter, perda de pacote, banda ocupada ou todos ao mesmo tempo;

3.5.10.5. Diversas formas de escolha do link deverão estar presentes, incluindo: melhor link, menor custo e definição de níveis máximos de qualidade a serem aceitos para que tais links possam ser utilizados em um determinado roteamento de aplicação;

3.5.10.6. O equipamento do tipo1 deverá suportar o uso de VRF (Virtual Routing and Forwarding) e Multi-VRF;

3.5.10.7. A solução deverá possuir suporte a Policy Based Routing ou Policy Based Forwarding;

3.5.10.8. Deverá suportar roteamento estático e dinâmico OSPF e BGPv4;

3.5.10.9. Deverá poder adicionar e equilibrar, no mínimo, 06 interfaces de dados (links e VPNs);

3.5.10.10. Deverá possibilitar a agregação de túneis IPsec, realizando balanceamento por pacote entre eles;

3.5.10.11. Deverá permitir a configuração de políticas de QoS em camada 7, associadas percentualmente à largura de banda da interface virtual;

- 3.5.10.12.** Deverá permitir configurar o código de DiffServ (DSCP) do pacote ESP do túnel IPSec;
- 3.5.10.13.** Deverá permitir marcar com DSCP os testes de link para obter uma avaliação mais realista da qualidade de um determinado link;
- 3.5.10.14.** Deverá possibilitar a distribuição de peso em cada um dos links que compõe a interface virtual, a critério do administrador, de forma em que o algoritmo de balanceamento utilizado possa ser baseado em:
- 3.5.10.14.1.** Número de Sessões,
 - 3.5.10.14.2.** Volume de Tráfego,
 - 3.5.10.14.3.** IP de Origem e Destino;
 - 3.5.10.14.4.** Transbordo de Link baseado em limite de banda.
- 3.5.10.15.** As regras de escolha de roteamento deverão suportar o reconhecimento de aplicações, grupos de usuários, endereço IP de origem e destino e serviços de Internet.
- 3.5.10.16.** Deverá permitir a customização dos tempos para detecção de queda de link, bem como tempo necessário para retornar com o link para o balanceamento após restabelecido.
- 3.5.10.17.** A solução de deverá prover estatísticas em tempo real na interface web a respeito da ocupação de banda (upload e download) e desempenho das verificações de saúde (perda de pacote, jitter e latência);
- 3.5.10.18.** Deverá ser possível configurar a porcentagem de perda de pacote e o tempo de latência e jitter na verificação de estado de saúde do link. Estes valores serão utilizados pela solução para decidir qual link será utilizado;
- 3.5.10.19.** Deverá dispor de opção que maximize o uso da largura de banda utilizando os links WANs que estejam dentro do nível de saúde estipulado.
- 3.5.10.20.** Deverá suportar balanceamento de tráfego por sessão e pacote;
- 3.5.11. QUALITY OF SERVICE (QOS)**
- 3.5.11.1.** Com a finalidade de controlar aplicações e tráfego cujo consumo possa ser excessivo, (como Youtube, BitTorrent etc.) e ter um alto consumo de largura de banda, se requer que a solução, além de poder permitir ou negar esse tipo de aplicações, deverá ter a capacidade de controlá-las por políticas de largura de banda máxima quando forem solicitadas por diferentes usuários ou aplicações.
- 3.5.11.2.** Deverá suportar a criação de políticas de QoS e Traffic Shaping para os seguintes itens:

- 3.5.11.2.1.** por endereço de origem;
- 3.5.11.2.2.** por endereço de destino;
- 3.5.11.2.3.** por usuário e grupo;
- 3.5.11.2.4.** por aplicações;
- 3.5.11.2.5.** por protocolo e porta;
- 3.5.11.2.6.** por categoria de URL;
- 3.5.11.3.** O QoS deverá possibilitar a definição de tráfego com banda garantida. Ex: banda mínima disponível para aplicações de negócio;
- 3.5.11.4.** O QoS deverá possibilitar a definição de tráfego com banda máxima. Ex: banda máxima permitida para aplicações do tipo best-effort/não corporativas, tais como YouTube, Facebook, entre outros;
- 3.5.11.5.** Deverá ainda possibilitar a marcação de DSCP, a fim de que essa informação possa ser utilizada ao longo do backbone para fins de reserva de banda;
- 3.5.11.6.** O QoS deverá possibilitar a definição de fila de prioridade;
- 3.5.11.7.** Além de possibilitar a definição de banda máxima e garantida por aplicação, deverá também suportar o vínculo com categorias de URL, IPs de origem e destino, grupos de usuários, protocolos e portas;
- 3.5.11.8.** Deverá ter a capacidade de agendar intervalos de tempo em que as políticas de shaping/QoS serão válidas e mandatória. Ex: regra de controle de banda mais permissivas durante o horário de almoço;
- 3.5.11.9.** Uma vez que o tráfego é identificado, as políticas de shaping/QoS podem ser compartilhadas a todos os acessos que tiverem correspondência na regra ou por IP. Ex: 10 Mbps de banda garantida por IP ou para todos os IPs que tiverem correspondência na regra;
- 3.5.11.10.** Deverá possibilitar a definição de bandas distintas para download e upload.

3.5.12. GERENCIAMENTO DE CONFIGURAÇÃO CENTRALIZADO

- 3.5.12.1.** Deverá estar dimensionado e licenciado para gerenciar todos os equipamentos ofertados neste processo atendendo aos requisitos deste Item;

- 3.5.12.2.** A solução de gerenciamento centralizado poderá ser ofertada em formato de appliance físico ou appliance virtual, e caso ofertado em formato físico, será responsabilidade da CONTRATADA a disponibilização dos recursos de hardware e software necessário para funcionamento da solução;
- 3.5.12.3.** Caso a solução seja entregue em appliance virtual, deverá ser compatível com Hypervisor Nutanix AHV (AOS 6.10.1);
- 3.5.12.4.** Caso a solução seja entregue em appliance virtual, não deverá possuir limite na quantidade de múltiplas vCPU;
- 3.5.12.5.** Caso a solução seja entregue em appliance virtual, não deverá possuir limite para suporte a expansão de memória RAM;
- 3.5.12.6.** A solução deverá estar devidamente licenciada com suporte durante todo o tempo de contrato;
- 3.5.12.7.** Possibilitar a criação e administração de políticas de Firewall, Controle de Aplicação, Sistema de Prevenção a Intrusão (IPS - Intrusion Prevention System), Antivírus, Filtro de Conteúdo e URL e Balanceamento inteligente de Links (SD-WAN);
- 3.5.12.8.** Como parte da visibilidade dos dispositivos gerenciados centralmente, a solução deverá ter visibilidade das verificações de saúde do link, desempenho da aplicação, utilização da largura de banda e conformidade com o nível de serviço definido;
- 3.5.12.9.** Deverá ter a capacidade de permitir o provisionamento de comunidades VPN e monitorar as conexões VPN de todos os dispositivos gerenciados a partir de uma única console, além de exibir sua localização geográfica em um mapa;
- 3.5.12.10.** Permitir criar templates de configuração dos dispositivos com informações de DNS, SNMP, Configurações de LOG e Administração;
- 3.5.12.11.** Deverá suportar o conceito de multi-tenancy visando permitir a gestão de ambientes independentes uns dos outros a partir da mesma solução.
- 3.5.12.12.** A solução deverá permitir o uso de APIs RESTful para permitir a interação com portais personalizados na configuração de objetos e políticas de segurança;
- 3.5.12.13.** Deverá garantir a integridade do item de configuração, através de bloqueio de alterações, em caso de acesso simultâneo de dois ou mais administradores no mesmo ativo;

- 3.5.12.14.** Permitir acesso concorrente de administradores e que seja definida uma cadeia de aprovação das alterações realizadas;
- 3.5.12.15.** Definição de perfis de acesso à console com permissões granulares como: acesso de escrita, acesso de leitura, criação de usuários, alteração de configurações;
- 3.5.12.16.** Permitir usar palavras chaves ou cores para facilitar identificação de regras;
- 3.5.12.17.** Permitir localizar em quais regras um objeto (ex. computador, serviço etc.) está sendo utilizado;
- 3.5.12.18.** Atribuir sequencialmente um número a cada regra de firewall, de NAT ou de QoS;
- 3.5.12.19.** Permitir criação de regras que fiquem ativas em horário definido;
- 3.5.12.20.** Permitir criação de regras com data de expiração;
- 3.5.12.21.** Realizar o backup das configurações para permitir o retorno de uma configuração salva;
- 3.5.12.22.** Possuir mecanismo de validação das políticas, avisando quando houver regras que ofusquem ou conflitem com outras, ou garantir que esta exigência seja plenamente atendida por meio diverso.
- 3.5.12.23.** Gerar alertas automáticos via Email, SNMP e Syslog;
- 3.5.12.24.** Deverá ser permitido ao administrador transferir os backups para um servidor FTP, SCP ou SFTP.
- 3.5.12.25.** Permitir backup das configurações e rollback de configuração para a última configuração salva;
- 3.5.12.26.** Deverá possibilitar a visualização e comparação de configurações atuais e configurações anteriores;
- 3.5.12.27.** Possuir um sistema de backup/restauração de todas as configurações da solução de gerência incluso assim como permitir ao administrador agendar backups da configuração em um determinado dia e hora;
- 3.5.12.28.** Deverá suportar a distribuição e instalação remota de novas versões de software dos equipamentos, de forma remota e centralizada;
- 3.5.12.29.** Permitir criar os objetos que serão utilizados nas políticas de forma centralizada;
- 3.5.12.30.** Deverá suportar autenticação de administradores em base local e de modo remoto por meio de RADIUS, LDAP, TACACS+ e PKI.
- 3.5.12.31.** A solução deverá incluir uma ferramenta para gerenciar centralmente as licenças de todos os appliances controlados pela estação de gerenciamento.

3.5.12.32. A solução deverá possibilitar a distribuição e instalação remota, de maneira centralizada, de novas versões de software dos equipamentos.

3.5.12.33. Deverá suportar o gerenciamento de pontos de acesso de forma centralizada.

3.5.12.34. Deverá suportar o gerenciamento centralizado dos equipamentos.

3.5.12.35. A solução deverá possuir garantia, suporte e atualizações ao software durante a vigência do contrato.

3.5.12.36. Ao detectar uma ameaça, a plataforma deverá ser capaz de acionar respostas automáticas e pré-definidas, como isolar um dispositivo da rede, bloquear um endereço de IP em todas as políticas ou acionar um alerta em sistemas de terceiros.

3.5.12.37. Deverá ter a capacidade de se alimentar dinamicamente de múltiplas fontes de inteligência de ameaças globais, utilizando IA para correlacionar os dados e aplicar proteções de forma proativa contra novas campanhas de ataque identificadas mundialmente.

3.5.12.38. O software deverá estar licenciado e suportado em sua totalidade pelo seu fabricante oficial, garantindo o direito a todas as atualizações de segurança, correções (patches) e novas versões (upgrades).

3.5.13. SOLUÇÃO DE RELATORIA E CENTRALIZAÇÃO DE LOGS

3.5.13.1. Deverá estar dimensionado e licenciado para gerenciar todos os equipamentos ofertados neste processo atendendo aos requisitos deste Item, tem como objetivo receber os logs de todos os equipamentos para consolidar uma visão de NOC e SOC a partir de uma console única de administração;

3.5.13.2. Poderá ser entregue em formato de appliance físico ou appliance virtual e caso ofertado em formato físico, será responsabilidade da CONTRATADA a disponibilização dos recursos de hardware e software necessário para funcionamento da solução;

3.5.13.3. Caso a solução seja entregue em appliance virtual, deverá ser compatível com Hypervisor Nutanix AHV (AOS 6.10.1);

3.5.13.4. Deverá estar devidamente licenciada para:

3.5.13.4.1. Suportar a coleta de, no mínimo, 200 GB de logs diários;

3.5.13.4.2. Não deverá existir limite para o número de vCPUs no appliance virtual;

- 3.5.13.4.3.** Não deverá existir limite para a expansão da memória RAM no appliance virtual;
- 3.5.13.4.4.** Garantir a geração de relatórios com mapas geográficos ou modo tabela, gerados em tempo real, para a visualização de origens e destinos do tráfego;
- 3.5.13.4.5.** Possuir mecanismo para que logs antigos sejam removidos automaticamente, após estarem consolidados na solução de guarda e análise de logs e relatoria;
- 3.5.13.4.6.** Permitir a extração de relatórios;
- 3.5.13.4.7.** Garantir a exportação dos logs;
- 3.5.13.4.8.** Possuir relatórios pré-definidos;
- 3.5.13.4.9.** Possibilitar a duplicação de relatórios e gráficos existentes para edição dos mesmos logo em seguida;
- 3.5.13.4.10.** Possuir a capacidade de personalização de capas para os relatórios;
- 3.5.13.4.11.** Permitir a geração de relatórios de logs de tráfego de dados;
- 3.5.13.4.12.** Possuir a capacidade de personalização de gráficos como barra, linha, tabela e pizza, para inserção aos relatórios;
- 3.5.13.4.13.** Deverá possuir mecanismo para exibir de forma detalhada informações complementares nos relatórios em tempo real;
- 3.5.13.4.14.** Dever ser possível fazer download dos arquivos de logs recebidos;
- 3.5.13.4.15.** Possibilitar o envio de maneira automática de relatórios por e-mail;
- 3.5.13.4.16.** Permitir customização de quaisquer relatórios fornecidos pela solução, exclusivamente a critério da contratante, adaptando-o às suas necessidades;
- 3.5.13.4.17.** Ter a capacidade de definir filtros nos relatórios;
- 3.5.13.4.18.** Deverá ser possível receber logs das políticas de firewall em modo de aprendizado aplicadas diretamente nos NGFWs.
- 3.5.13.4.19.** Ser capaz de definir o layout do relatório, incluir gráficos, inserir textos e imagens, alinhamento, quebras de páginas, definir fontes, cores, entre outros;
- 3.5.13.4.20.** Deverá suportar autenticação de administradores em base local e de modo remoto por meio de RADIUS, LDAP, TACACS+ e PKI.

3.5.13.4.21. Deverá dispor de relatórios contemplando informações do ambiente, dos eventos de segurança e incidentes, das ameaças, do uso da navegação web, de IPS, da utilização da rede, entre outros.

3.5.13.4.22. Deverá disponibilizar uma avaliação consolidada das ameaças cibernéticas.

3.5.13.4.23. Deverá dispor de painel gráfico para análise das ameaças detectadas englobando controle de aplicação, IPS, filtro web e antivírus, demonstrando ainda os principais destinos, principais ameaças, principais incidentes de vírus, entre outros.

3.5.13.4.24. A solução deverá oferecer um *dashboard* que utilize IA para analisar o comportamento da rede e as políticas configuradas, identificando e prevendo potenciais riscos de segurança, vulnerabilidades de configuração e recomendando ações corretivas.

3.5.13.4.25. Capacidade de gerar relatórios executivos e técnicos que não apenas listem eventos, mas que também utilizem IA para correlacionar dados, identificar tendências de ataques e traduzir os dados em *insights* estratégicos sobre a postura de segurança da organização.

3.5.13.5. O software deverá estar licenciado e suportado em sua totalidade pelo seu fabricante oficial, garantindo o direito a todas as atualizações de segurança, correções (patches) e novas versões (upgrades).

3.5.14. SERVIÇO DE INSTALAÇÃO FÍSICA E CONFIGURAÇÃO LÓGICA

3.5.14.1. O SEBRAE ficará responsável por disponibilizar o rack a ser utilizado, os pontos de rede e de energia necessários para a execução dos trabalhos.

3.5.14.2. A CONTRATADA deverá realizar a instalação física dos equipamentos nos racks do SEBRAE-SP, correspondendo a sua fixação, interligação, energização e conexão dos pontos de rede e substituindo o equipamento atual instalado em cada localidade.

3.5.14.3. Após a instalação física, a CONTRATADA deverá realizar, a configuração lógica dos firewalls seguindo o padrão de rede de cada localidade, a ser informado na reunião inicial para alinhamento das equipes que participarão da execução dos trabalhos.

3.5.14.4. A configuração a ser realizada deverá permitir a utilização imediata do equipamento na rede do SEBRAE.

3.5.14.5. A CONTRATADA deverá realizar a configuração do protocolo SNMP para permitir monitoramento remoto dos equipamentos.

3.5.14.6. A CONTRATADA deverá prover a instalação e configuração do Sistema de Gerenciamento, contemplando, porém não se restringindo a:

3.5.14.6.1. Instalação e configuração;

3.5.14.6.2. Integração do sistema de autenticação com o Active Directory (AD);

3.5.14.6.3. Cadastramentos de todos os equipamentos entregues;

3.5.14.6.4. Configuração de alertas e eventos, com indicação visual de alertas;

3.5.14.6.5. Configuração de rotinas de backup das configurações dos equipamentos;

3.5.14.6.6. Cadastro de grupos de equipamentos;

3.5.14.6.7. Criação de gráficos com o desempenho do tráfego nos equipamentos;

3.5.14.6.8. Criação de relatórios.

3.5.15. Após a configuração dos equipamentos, caso seja necessário a utilização de usuário administrador e senha para a configuração e/ou gerenciamento dos equipamentos, estes deverão ser informados ao SEBRAE-SP.

3.5.16. SUPORTE E OPERAÇÃO DA SOLUÇÃO

3.5.16.1. A CONTRATADA deverá fornecer um serviço de gestão, operacionalização e suporte técnico especializado.

3.5.16.2. O serviço deverá abranger a solução completa, garantindo seu pleno funcionamento, segurança e atualização contínua.

3.5.16.3. O serviço de suporte técnico deverá estar disponível ininterruptamente, em regime 24x7x365 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, trezentos e sessenta e cinco dias por ano), incluindo feriados nacionais, para abertura e atendimento de chamados de severidade Crítica e Alta.

3.5.16.4. O atendimento para chamados de severidade Média e Baixa poderá ser realizado em horário comercial (das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis).

3.5.16.5. A CONTRATADA deverá possuir Central de Atendimento para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter os seus registros constando a descrição do problema;

3.5.16.6. Deverá ser disponibilizada pela CONTRATADA ferramenta de registro de tickets, para que a CONTRATANTE possa registrar suas solicitações;

3.5.16.7. Todas as solicitações de suporte realizadas por telefone à CONTRATADA deverão ser registradas em sua ferramenta de tickets;

3.5.16.8. Os serviços deverão ser executados preferencialmente por meio de intervenções remotas pelos analistas da CONTRATADA. Nos casos em que o atendimento não for efetivo, os serviços deverão ser executados por meio de intervenções presenciais pelos analistas da CONTRATADA;

3.5.16.9. Todo o atendimento, seja por portal, telefone ou e-mail, deverá ser realizado por profissionais fluentes em português do Brasil.

3.5.16.10. As documentações sobre o ambiente deverão ser mantidas atualizadas pela CONTRATADA e entregues ao SEBRAE-SP sempre que solicitadas;

3.5.16.11. Todas as configurações necessárias na solução entregue para o cumprimento da prestação dos serviços solicitados são de responsabilidade da CONTRATADA;

3.5.16.12. A CONTRATADA é responsável pelo funcionamento, atualizações quando houver, gerenciamento e operação, mas não limitando-se a:

3.5.16.12.1. Efetuar um gerenciamento e operação contínua da solução ofertada. Incluindo gestão de regras, monitoramento, atualizações e resposta a alertas.

3.5.16.12.2. Análise, criação, modificação e exclusão de regras de firewall conforme as solicitações de negócio, sempre seguindo as melhores práticas de segurança (princípio do menor privilégio).

3.5.16.12.3. Monitoramento de segurança 24x7, vigilância contínua dos logs e alertas do firewall em um SOC (Security Operations Center) para detectar atividades suspeitas, tentativas de ataque e anomalias de comportamento em tempo real.

3.5.16.12.4. Gestão de Atualizações com aplicação controlada de atualizações de firmware, patches de segurança e novas assinaturas (IPS, Antivírus etc.), geralmente fora do horário de pico para minimizar o impacto.

3.5.16.12.5. Realizar sempre que necessário uma "revisão de saúde" completa do firewall. Analisando a performance do hardware (CPU, memória), a configuração, a base de regras (em busca de regras sombreadas, redundantes ou muito permissivas) e a aderência às melhores práticas do fabricante.

3.5.16.13. Todas as configurações necessárias na solução entregue para o cumprimento da prestação dos serviços solicitados são de responsabilidade da CONTRATADA;

3.5.16.14. A CONTRATADA deverá realizar durante toda vigência do contrato, sempre que solicitado pelo SEBRAE-SP, atendimento presencial, em todas as localidades conforme ANEXO - QUADRO DAS LOCALIDADES – ENDEREÇOS;

3.5.16.15. DO INÍCIO E DA VIGÊNCIA DOS SERVIÇOS DE SUPORTE

3.5.16.15.1. Marco de Início do Suporte Técnico e Operação.

3.5.16.15.1.1. A fase de Suporte Técnico, Operação e Gerenciamento da solução, bem como a aplicação do Acordo de Nível de Serviço (ANS) estabelecido neste Termo de Referência, terá sua vigência iniciada após a conclusão da implantação e configuração da solução no primeiro site (localidade), formalizada pela emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo pelo SEBRAE-SP.

3.5.16.15.1.2. Implicações do Início do Suporte.

3.5.16.15.1.2.1. A partir da data de aceite da primeira implantação, a CONTRATADA deverá disponibilizar integralmente sua estrutura de suporte (equipe técnica, canais de atendimento etc.) e passa a ser responsável pelo cumprimento de todos os prazos e condições do ANS para qualquer incidente que ocorra no ambiente de produção já implantado.

3.5.16.15.1.2.2. O faturamento referente aos serviços de suporte e operação será iniciado, a partir deste marco, independentemente do andamento da implantação nas demais localidades previstas no cronograma.

3.5.16.15.1.2.3. A garantia de todos os equipamentos e licenças de software já entregues e instalados passa a vigor a partir da data de aceite da primeira localidade.

3.5.17. SERVIÇOS DE GARANTIA

3.5.17.1. A CONTRATADA deverá possuir Central de Atendimento para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter os registros durante toda a vigência do contrato;

3.5.17.2. Os serviços da garantia dos equipamentos e todos os seus componentes periféricos serão executados onde se encontram (on-site), durante a vigência do contrato com a CONTRATADA, incluindo reposição de peças e mão de obras necessárias;

3.5.17.3. Durante o prazo de garantia, a parte ou peça defeituosa, deverá ser substituída sem ônus para o SEBRAE-SP, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos;

3.5.17.4. Para o equipamento do TIPO1, os serviços de garantia de hardware e software deverão ser realizados em regime 24x7 (24 horas x 7 dias da semana) com prazo para resolução do problema no mesmo dia.

3.5.17.5. Para o equipamento do TIPO2, os serviços de garantia de hardware deverão ser realizados em regime 8x5xnbnd (8 horas x 5 dias da semana) com prazo para solução do problema até o dia útil subsequente à abertura da solicitação;

3.5.17.6. Os serviços de garantia aqui descritos deverão ser prestados até o final da vigência prevista no respectivo termo de garantia, a ser fornecido pela CONTRATADA, após o recebimento definitivo dos equipamentos pelo SEBRAE-SP.

3.5.17.7. A garantia deverá ser prestada pelo fabricante ou por assistência técnica autorizada e credenciada;

3.5.17.8. Em caso de hardware e softwares adicionais, estes deverão atender todos os prazos de licenciamento e garantia solicitados neste termo.

3.5.18. EQUIPE MÍNIMA

3.5.18.1. Os requisitos abaixo são necessários na formação da equipe para atendimento das demandas desta prestação de serviços, sendo dever da CONTRATADA dimensionar o aumento da equipe, caso necessário, para a perfeita execução dos serviços contratados;

3.5.18.2. Apresentação de, no mínimo, 01 (um) profissional, com **certificação técnica indicando sua habilitação na tecnologia de redes de computadores.**

3.5.18.3. Apresentação de, no mínimo, 01 (um) profissional, com certificação técnica da solução entregue.

3.5.18.4. Não necessariamente é requerido um profissional para cada certificação. Um profissional poderá acumular mais de uma das certificações exigidas, atendendo desta forma as exigências referentes às suas certificações.

3.5.18.5. Os profissionais da equipe técnica, deverão obrigatoriamente participar das atividades realizadas pela empresa CONTRATADA. Não serão permitidas substituições de profissionais, senão por motivo justificado e aceito pelo SEBRAE-SP e desde que os substitutos possuam qualificações iguais ou superiores, comparadas com aquelas que possuíam os substituídos.

3.5.18.6. A CONTRATADA deverá apresentar os documentos listados abaixo, de todos os profissionais da equipe técnica, em até 5 (cinco) dias úteis após solicitação do SEBRAE-SP;

3.5.18.6.1. Certificações específicas, comprovando os cursos exigidos nas áreas exigidas neste instrumento;

3.5.18.6.2. A comprovação da experiência de todos os profissionais se dará através de apresentação de currículo detalhado e/ou cópias de declarações emitidas pelas empresas em que o profissional atuou e/ou registros na carteira de trabalho, e/ou contrato de prestação de serviços, referente às atividades a serem executadas neste instrumento;

3.5.18.6.3. Comprovar vínculo com todos os membros da equipe, mediante a apresentação de cópia da anotação na carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços e, no caso de sócio, mediante a apresentação do ato constitutivo que comprove essa condição;

4. LOCAL, FORMA E CRONOGRAMA

4.1. Do Local

4.1.1. A solicitação para a entrega, instalação e configuração de todos os equipamentos deverá ser realizada formalmente pelo SEBRAE-SP e será entregue durante a reunião inicial.

4.2. Da Forma – Reunião de Briefing

4.2.1. Após a assinatura do contrato, em um prazo de até 05 (cinco) dias, deverá ser realizada reunião inicial entre a CONTRATADA e o Gestor do Contrato do SEBRAE/SP para acordos iniciais quanto a prestação de serviço e definição das fases do cronograma para atendimento.

4.2.2. Outras reuniões poderão ser agendadas pelo SEBRAE-SP, quando houver formalização da solicitação, necessidade de ajustes em relação à execução do objeto, dentre outras necessidades.

4.2.3. As reuniões poderão ocorrer de forma remota (online) ou presencial, a ser realizada na sede do SEBRAE-SP, localizado à Av. Vergueiro, 1.117 – Liberdade – São Paulo/SP, ou em outro local a ser definido em concordância com a contratada e o SEBRAE-SP.

4.3. Cronograma de Instalação e Configuração

4.3.1. A partir da solicitação formal do SEBRAE-SP, conforme ANEXO - AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, a CONTRATADA deverá iniciar os trabalhos seguindo o cronograma de instalação e configuração a seguir:

4.3.1.1. A priorização para a execução dos trabalhos poderá ser alterada de acordo com as estratégias do SEBRAE-SP;

4.3.1.2. Todos os equipamentos deverão ser entregues, instalados e configurados no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, após solicitação formal por parte do SEBRAE-SP, compondo todos os seus acessórios e periféricos, devidamente instalados e operacionais em todas as suas características e funcionalidades, sendo:

4.3.1.2.1. 60 dias para entregar em todos os locais;

4.3.1.2.2. 120 dias para instalar e configurar, totalizando o prazo total de 180 dias.

4.3.1.3. O deslocamento do técnico para a localidade é de responsabilidade da CONTRATADA, devendo prever ferramentas, equipamentos, hospedagem, transporte, entre outros para o atendimento quando solicitado;

4.3.1.4. Os equipamentos que apresentarem quaisquer problemas de funcionamento no ato da entrega, deverão ser trocados em até 72 (setenta e duas) horas da data do comunicado formal do SEBRAE-SP;

5. ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

5.1. A execução dos serviços de entrega, instalação e configuração dos equipamentos será de responsabilidade da CONTRATADA e terá o acompanhamento do SEBRAE-SP que realizará em até 10 (dez) dias úteis os testes nos equipamentos e em aprovado enviará comunicado por escrito à CONTRATADA para faturamento e emissão da devida Nota Fiscal;

5.2. Por ocasião da conclusão dos serviços, a equipe técnica do SEBRAE-SP verificará a sua conformidade com as exigências constantes deste termo de referência, e os receberá nas seguintes condições:

5.2.1. PROVISORIAMENTE: por meio de simples inspeção, que deverá ocorrer em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis a contar da data da conclusão da instalação;

5.2.2. Em caso de não aceitação, fica a CONTRATADA obrigada a retirar e substituir o(s) material(s) entregue(s) e/ou a refazer o serviço executado em desacordo com as exigências previstas neste termo, no prazo de, no máximo, 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida pelo SEBRAE-SP, sem qualquer ônus adicional;

5.2.3. O(s) material(s) e/ou o serviço será(ão) totalmente rejeitado(s) se for(em) entregue(s) e/ou executado em desacordo com as exigências deste termo de referência;

5.2.4. Sanadas as pendências verificadas, o(s) material(s) e/ou serviço(s) será(ão) recebido(s) novamente em caráter provisório, no prazo previsto no subitem anterior;

5.2.5. DEFINITIVAMENTE: mediante atesto por escrito do SEBRAE-SP, conforme ANEXO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, depois de decorrido o prazo fixado para o recebimento provisório ou, sendo aceito(s) o(s) material(is) e/ou serviço(s), na hipótese de não haver qualquer irregularidade;

5.2.6. O recebimento definitivo, pelo SEBRAE-SP, dos serviços executados pela CONTRATADA será considerado o marco inicial para pagamento do valor mensal relacionado à disponibilização do acesso de internet contratado.

5.2.7. O recebimento definitivo será realizado em até 07 (sete) dias após o recebimento provisório.

6. DOCUMENTAÇÃO ENTREGÁVEL

6.1. Documentação comprobatória dos profissionais exigidas no item DESCRIÇÃO DA ATRIBUIÇÃO E QUALIFICAÇÃO BÁSICA DOS PROFISSIONAIS;

6.2. Mensalmente, a CONTRATADA deverá fornecer os seguintes relatórios do período da prestação de serviço, que deverão acompanhar as respectivas notas fiscais:

6.2.1. Tickets resolvidos, com informações sobre o atendimento e comprovação do cumprimento do SLA;

6.2.2. Relatório do status do ambiente.

6.3. Após a configuração do(s) equipamento(s) em cada localidade conforme ANEXO - QUADRO DAS LOCALIDADES – ENDEREÇOS e validação pela Unidade Tecnologia Corporativa do SEBRAE-SP, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos para cada equipamento:

6.3.1. Documentação da configuração executada (em arquivo digital);

6.3.2. O arquivo exportado pelo equipamento contendo as configurações lógica (arquivo digital);

6.3.3. A topologia de sua implantação (em arquivo digital).

6.4. Os documentos relativos à habilitação da CONTRATADA deverão ser mantidos regulares e dentro do prazo de validade, durante toda a execução do contrato;

6.5. O SEBRAE-SP poderá exigir os documentos supramencionados a qualquer momento, para conferência das condições necessárias à manutenção da adequada prestação de serviços;

7. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

7.1. Para acompanhamento e avaliação dos serviços pela CONTRATADA foram estabelecidos e utilizados Acordo de Níveis de Serviço (doravante denominados ANS) expressos como indicadores definidos para o processo.

7.1.1. A aplicação e a vigência deste Acordo de Nível de Serviço (ANS), incluindo a contagem de todos os seus prazos e a aplicação das respectivas penalidades, terão início juntamente com o início da fase de Suporte e Operação do ambiente, conforme definido neste Termo de Referência.

7.2. O ANS deverá ser considerado e entendido pela CONTRATADA como um compromisso de qualidade que será assumido junto ao SEBRAE-SP. A análise dos resultados dos indicadores de nível de serviço poderá resultar na redução do valor pago pelos serviços prestados, caso a CONTRATADA não cumpra com seus compromissos na entrega dos serviços.

7.3. Com base no relatório e documentos solicitados, o SEBRAE-SP irá apurar os indicadores de ANS estabelecido neste instrumento.

7.4. Indicadores: SLA PARA O SUPORTE TÉCNICO

7.5. Os indicadores abaixo serão utilizados para acompanhamento dos serviços prestado e seu cumprimento indica que os serviços estão sendo entregues de acordo com a qualidade e desempenho esperados pelo SEBRAE-SP.

7.6. A CONTRATADA deverá seguir o Acordo de Nível de Serviço (SLA) abaixo, conforme a classificação de severidade do incidente, a ser definida em comum acordo com a equipe técnica do SEBRAE-SP no momento da abertura do chamado.

Nível de Severidade	Descrição do Impacto	Tempo de Primeira Resposta (Máximo)	Tempo para Apresentação de Solução (Máxima) ¹
Crítica (P1)	Parada total ou comprometimento crítico da segurança do ambiente de produção. Afeta muitos usuários. Ex: Falha total do cluster de firewall, indisponibilidade de VPN para todos os usuários, detecção de brecha de segurança em andamento.	15 minutos	1 hora (para solução de contorno ou definitiva)
Alta (P2)	Degradação severa de performance ou perda de uma funcionalidade essencial, com alto impacto nos negócios. Ex: Falha de um membro do cluster, lentidão generalizada no acesso à internet, falha de uma política de segurança importante.	1 hora	2 horas (para solução de contorno ou definitiva)

Média (P3)	Perda de uma funcionalidade não crítica ou degradação de performance com impacto limitado. Ex: Problema em relatórios, falha em uma regra específica que afeta poucos usuários.	1 hora	4 horas
Baixa (P4)	Dúvida sobre configuração, solicitação de informação ou problema que não afeta a funcionalidade do produto.	4 horas	48 horas

¹ O tempo para apresentação de solução refere-se ao tempo máximo para que a CONTRATADA apresente um plano de ação, uma solução de contorno (workaround) funcional ou a solução definitiva para o problema.

7.7. Caso a CONTRATADA não cumpra os níveis de serviço e qualidade estabelecidos neste instrumento, especificamente na tabela acima onde consta o prazo de solução para cada nível de urgência, ficará sujeita à aplicação dos fatores de ajustes de pagamento;

7.8. A veracidade das informações apresentadas ao SEBRAE-SP, bem como todos os relatórios técnicos encaminhados são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;

7.9. Os serviços serão medidos com base em indicadores e metas exigidas, referentes às solicitações de suporte, conforme a tabela abaixo:

Indicadores de Níveis de Serviço	Fórmula de Cálculo	Meta Exigida (%)	Valor Apurado (%)	Fator de Ajuste de Pagamento
Índice de Resolução de Incidentes e Requisições de Serviço dentro do prazo de prioridade (ANS)	Total de incidentes e requisições de serviço resolvidos no prazo / Total de incidentes e requisições de serviço resolvidos x 100.	95%	>= 95%	0%
			Entre 90% e 94%	5%
			Entre 70% e 89%	8%
			< 70%	15%

7.10. Condições De Remuneração Para O Suporte Técnico

7.10.1. Os serviços prestados serão avaliados no início do mês subsequente ao de sua prestação, na entrega do relatório gerencial mensal;

7.10.2. Para fins de faturamento, o valor mensal da prestação do serviço (VMS) será ponderado em função do desempenho alcançado naquele mês. Nos casos em que o indicador apurado estiver abaixo da meta exigida, será abatido do valor mensal da prestação do serviço o valor correspondente ao Fator de ajuste de pagamento;

7.10.2.1. O Fator de Ajuste de Pagamento (FAP) será calculado com base nos resultados alcançados em cada indicador de nível de serviço previsto neste instrumento.

7.11. Forma De Apuração De Pagamento Para O Suporte Técnico

7.11.1. O valor a ser pago à CONTRATADA será calculado a partir da seguinte equação:

VLM = VMS-FAP
Onde:
VLM = Valor Líquido Mensal a ser pago
VMS = Valor Mensal do Serviço faturado

7.11.2. A nota fiscal deverá ser emitida após autorização do SEBRAE-SP no valor a ser pago.

7.11.3. A dedução terá como base de cálculo os valores estipulados para a remuneração dos serviços, limitados a 30% (trinta por cento) do valor daquele mês, e o resultado apurado pelo Sebrae-SP deverá corresponder ao valor da nota fiscal a ser emitida.

7.11.4. A adoção do ANS não impede que sejam aplicadas as penalidades previstas em contrato.

8. SUBCONTRATAÇÃO

8.1. A CONTRATADA, em nenhuma hipótese, poderá subcontratar os serviços deste objeto.

9. DA CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DAS INFORMAÇÕES.

9.1. Todas as informações acessadas ou recebidas pela CONTRATADA em razão deste contrato são consideradas estritamente confidenciais. Fica vedada a sua utilização para quaisquer finalidades que não estejam diretamente relacionadas à execução do objeto contratual.

9.2. A obrigação de confidencialidade permanecerá em vigor mesmo após o término ou rescisão do presente contrato, por prazo indeterminado, salvo se a informação se tornar pública por meios legítimos e alheios à atuação da CONTRATADA.

9.3. Todos os colaboradores/prestadores de serviço da CONTRATADA que acessarem as informações relacionadas com este contrato deverão assinar termo de compromisso de confidencialidade específico para este contrato. Caso solicitado, a CONTRATADA deverá enviar para o SEBRAE tais documentos assinados.

9.4. Toda a infraestrutura tecnológica da CONTRATADA deve estar em território nacional. Caso a CONTRATADA utilize nuvem/servidor ou qualquer outra ferramenta/solução localizada em território internacional, será de sua exclusiva responsabilidade o cumprimento do disposto nos arts. 33 a 36 da LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), respondendo integralmente pela legalidade da remessa internacional de dados pessoais.

9.5. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA garantir a segurança de toda a infraestrutura, sistemas, aplicativos, plataformas, ambientes em nuvem e demais serviços utilizados na execução deste contrato.

9.6. Na hipótese de ocorrência de incidente de segurança, uso indevido ou não autorizado de informações, ou ainda de qualquer ato ilícito praticado nesses ambientes, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente o SEBRAE, além de adotar todas as medidas cabíveis para contenção e mitigação dos impactos. A CONTRATADA será integralmente responsável por reparar todos os danos diretos e indiretos decorrentes desses eventos, sem prejuízo da aplicação das demais sanções legais e contratuais cabíveis.

9.7. Sempre que solicitado pelo SEBRAE, a CONTRATADA deverá fornecer relatórios de controle de acesso à plataforma utilizada para a execução deste contrato, contendo logs completos, detalhados e invioláveis, capazes de demonstrar de forma precisa todas as atividades realizadas no referido ambiente.

9.8. A CONTRATADA obriga-se a manter tais registros armazenados de forma íntegra e segura, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contados da data da sua geração, para fins de auditoria, fiscalização ou eventual comprovação em procedimentos administrativos e judiciais.

10. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

10.1. A CONTRATADA deverá adotar na execução do objeto contratual, práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, com o objetivo de atender aos critérios de redução de desperdício, diminuição do uso intensivo de matérias primas, reciclagem, da não geração de resíduos, promover o uso consciente de recursos naturais, de modo que a prestação dos serviços seja ambientalmente responsável.

11. VIGÊNCIA

11.1. O contrato terá vigência de 36 (trinta e seis) meses, com a possibilidade de prorrogação, nos termos do artigo 36 do RLCSS.



ANEXO - AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Ref.: Processo 1705/2025

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO Nº ____/2026

O **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SÃO PAULO**, por intermédio do gestor devidamente por ele designado, autoriza a empresa _____, localizada no endereço _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, contratada nos autos do processo licitatório acima referenciado, a dar início aos serviços objeto do referido contrato, obedecendo aos padrões técnicos e às exigências descritas no Anexo do Termo de Referência e no respectivo edital do certame, conforme detalhamento abaixo:

Data de início da execução: **XXXXXXX**

Prazo de instalação: XXXXXX

Local de execução: XXXXXX

São Paulo – SP, ____ de _____ de 2026.

Nome:

Gestor do SEBRAE-SP

CONTRATADA

ANEXO - QUADRO DAS LOCALIDADES –ENDEREÇOS

Endereço				
Escritório	Rua	Número	CEP	Cidade
E.R. Alto Tiete	Avenida Francisco Ferreira lopes	345	08735-200	Mogi das Cruzes
E.R. Araçatuba	Av. dos Araçás	2113	16010-285	Araçatuba
E.R. Araraquara	Av. Maria Antonia Camargo de Oliveira,	2903	14802-330	Araraquara
E.R. Baixada Santista	Av. Washington Luiz	176	11055-200	Santos
E.R. Barretos	R. 14	735	14780-040	Barretos
E.R. Bauru	Av. Duque de Caxias	1682	17011-066	Bauru
E.R. Botucatu	R. Dr. Costa Leite	1570	18602-110	Botucatu
E.R. Campinas	R. da Abolição	881	13041-445	Campinas
E.R. Capital Centro	R. 24 de Maio	32	01041-001	São Paulo
E.R. Capital Leste	R. Itapura	270	03310-000	São Paulo
E.R. Capital Leste II	Avenida São Miguel	4.145	03871-000	São Paulo
E.R. Capital Norte	Rua Doutor Zuquim	638	02036-021	São Paulo
E.R. Capital Oeste	R. Clélia	336	05042-000	São Paulo
E.R. Capital Sul	Av. Adolfo Pinheiro	712	04734-001	São Paulo
E.R. Franca	Av. Dr. Ismael Alonso Y Alonso,	789	14400-770	Franca
E.R. Grande ABC	Rua das Figueiras	315	09080-370	Santo Andre
E.R. Guaratinguetá	Rua Monsenhor Filippo	177	12501-410	Guaratinguetá
E.R. Guarulhos	Av. Salgado Filho	1810	07115-000	Guarulhos
E.R. Itapeva	R. Ariovaldo Queiróz Marques	100	18400-560	Itapeva
E.R. Jundiaí	R. Vig. João José Rodrigues	786	13201-001	Jundiaí
E.R. Marília	Av. Brasil	412	17509-052	Marília
E.R. Osasco	Av. Dionysia Alves Barreto	99	06016-004	Osasco
E.R. Ourinhos	R. Do Expedicionário	651	19900-041	Ourinhos
E.R. Piracicaba	Av. Rui Barbosa	132	13405-218	Piracicaba
E.R. Presidente Prudente	Av. Washington Luiz	466	19010-090	Presidente Prudente
E.R. Ribeirão Preto	R. Inácio Luíz Pinto	280	14025-680	Ribeirão Preto
E.R. São Carlos	Av. Bruno Ruggiero Filho	649	13562-420	São Carlos
E.R. São João da Boa Vista	R. Pres. Franklin Roselvelt	110	13870-540	São João Da Boa Vista
E.R. São José do Rio Preto	R. Dr. Presciliano Pinto	3184	15020-000	São José do Rio Preto
E.R. São José dos Campos	Av. Mal. Floriano Peixoto	416	12210-030	São José dos Campos
E.R. Sorocaba	Avenida São Paulo	1182	18013-003	Sorocaba
E.R. Vale do Ribeira	R. José Antônio de Campos	297	11900-000	Registro
E.R. Votuporanga	Av. Dr. Wilsom de Souza Foz	5137	15502-052	Votuporanga
Escola de Negócios	Alameda Nothmann	598	01216-000	São Paulo
Sede	Rua Vergueiro	1117	01504-000	São Paulo
Equinix SP3	Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues	249	06543-001	Santana do Parnaíba



ANEXO DA PROPOSTA COMERCIAL

Ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP
Processo nº 1705/2025
Pregão Eletrônico nº 90024/2026
Validade da Proposta: 90 (noventa) dias.

Razão Social:
CNPJ:
Telefone:
E-mail:
Contato:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QUANT	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO (B)	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL – 36 MESES
1	Fornecimento - Equipamento TIPO1		8	Unidade		-	
2	Fornecimento - Equipamento TIPO2		66	Unidade		-	
3	Solução Gerenciamento de Configuração Centralizado	-	74	Unidade		-	
4	Solução de relatoria e centralização de logs por equipamento	-	74	Unidade		-	
5	Serviços de instalação física e configuração lógica	-	74	Unidade		-	
6	Suporte e Operação da Solução	-	36	Mensal			
7	Garantia on-site para 36 meses - equipamentos do tipo 1 (pagamento único)	-	8	Unidade		-	
8	Garantia on-site para 36 meses - equipamentos do tipo 2(pagamento único)	-	66	Unidade		-	
	VALOR GLOBAL DA PROPOSTA						

O (s) valor (es) ora descrito (s) abarca (m) todas as despesas com materiais, mão de obra, infraestrutura, transporte, deslocamento, estadia, alimentação, seguros, impostos, taxas, tributos, incidências fiscais, contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, trabalhistas, salários, custos diretos e indiretos e quaisquer outras obrigações ou despesas necessárias à perfeita execução do objeto contratual.

Assinatura do Representante LegalLocal e Data

ANEXO – MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (LICIT) Nº XXX/2026, REFERENTE AO PROCESSO 1705/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026, QUE ENTRE SI FIRMAM O SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SEBRAE-SP E A EMPRESA XXX.

DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES

1. OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição, instalação e suporte especializado de solução de segurança de perímetro (Next Generation Firewall), cujas especificações constam do termo de referência e demais anexos.

2. VIGÊNCIA: 36 (trinta e seis) meses, contados da data da conclusão das assinaturas dos representantes legais das partes, podendo ser prorrogada, a critério do SEBRAE-SP, conforme disposições do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE.

3. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ XXXXXXX (colocar o valor por extenso)

DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES

CONTRATANTE: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SEBRAE-SP, com sede na Rua Vergueiro, 1.117, Paraíso, CEP: 01.504-001, São Paulo/SP, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 43.728.245/0001-42, neste ato representado por seu Diretor-Superintendente, **NELSON DE ALMEIDA PRADO HERVEY COSTA**, por seu Diretor Técnico, **MARCO ANTONIO SCARASATI VINHOLI** e por seu Diretor de Administração e Finanças, **REINALDO PEDRO CORREA**.

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXX, com endereço na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX/XX, CEP: XXXXX-XXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada pelo Sr. (a) XXXXXXXXXXXX, nos termos da cláusula do seu contrato social.

DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente contratação rege-se pelo Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE - Resolução CDN nº 493/2024.

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Por meio do presente instrumento, a CONTRATADA se obriga a fornecer ao CONTRATANTE os bens e/ou serviços especificados na proposta comercial, no Termo de Referência e demais ANEXOS deste contrato, os quais, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste instrumento e serão observados naquilo que não o contrarie.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1. São obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo de outras previstas neste instrumento e respectivos anexos:

2.1.1. Entregar o objeto do contrato previsto na cláusula primeira dentro dos prazos, quantidades, características, detalhamentos e níveis estabelecidos;

2.1.2. Prestar garantia e assistência técnica conforme disposto no Termo de Referência e no Termo de Garantia Técnica, se for o caso;

2.1.3. Cumprir todas as leis e imposições federais, estaduais e municipais pertinentes;

2.1.4. Responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa, pela ação ou omissão total ou parcial, inclusive por quaisquer ações judiciais relacionadas com o cumprimento do presente contrato;

2.1.5. Efetuar o pagamento de todos os tributos, seguros, obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, societárias ou outras incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o seu recebimento definitivo, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato, comprovando, a qualquer momento, os respectivos pagamentos que incidirem sobre a execução.

2.1.6. Apresentar as Notas Fiscais/Faturas contendo a discriminação exata e os respectivos quantitativos, com os valores contratados;

2.1.7. Manter, durante toda a execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

2.1.8. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução contratual, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

- 2.1.9.** Prestar informações e esclarecimentos sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a CONTRATADA, independentemente de solicitação, e atender às solicitações e determinações do CONTRATANTE.
- 2.1.10.** Apresentar cópia das alterações do contrato social ou de seu estatuto.
- 2.1.11.** Designar formalmente profissional que seja responsável pelo relacionamento estratégico com o CONTRATANTE, com autonomia para tomada de decisões que impactem no bom andamento dos serviços, informando no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato o e-mail, telefone fixo e móvel e nome do respectivo responsável, mantendo ativos e operacionais os meios de comunicação pelos quais serão realizadas as interações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.
- 2.1.12.** Entregar ao gestor do Contrato o Termo de Recebimento Provisório, se exigível;
- 2.1.13.** Disponibilizar e fornecer todas as condições necessárias para o CONTRATANTE supervisionar, fiscalizar, avaliar e auditar o cumprimento do objeto deste contrato, sob os aspectos técnico, administrativo e financeiro;
- 2.1.14.** Providenciar as exigências previstas neste instrumento e demais documentos integrantes deste contrato, respeitando os prazos previstos, sendo certo que este prazo não se confunde com a execução do contrato;
- 2.1.15.** Registrar em relatórios de atendimento todas as reuniões de serviço entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, devendo ser enviados ao CONTRATANTE até o prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a realização do contato e/ou reunião, podendo o CONTRATANTE solicitar a necessária correção, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento do respectivo relatório;
- 2.1.16.** Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução do objeto deste contrato, mesmo que para isso outra solução não prevista tenha que ser apresentada para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE;
- 2.1.17.** Não caucionar ou utilizar este contrato em qualquer operação financeira, salvo com anuência do CONTRATANTE;
- 2.1.18.** Não utilizar a marca SEBRAE ou qualquer material desenvolvido pelo CONTRATANTE, salvo quando necessário a execução do objeto contratual, mediante autorização prévia;
- 2.1.19.** Administrar e executar todos os contratos firmados com terceiros, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e o próprio CONTRATANTE;

2.1.20. Cumprir a legislação trabalhista e previdenciária com relação a seus funcionários, e, quando for o caso, com relação a funcionários de terceiros contratados;

2.1.21. Reparar prontamente os danos ou avarias causadas por seus funcionários ou terceiros, aos bens do CONTRATANTE ou de terceiros, podendo o CONTRATANTE exercer o direito de retenção sobre o pagamento devido à CONTRATADA para garantia do ressarcimento do dano, total ou parcial;

2.1.22. Caso o Termo de Referência expressamente autorize a subcontratação, esta não poderá abranger a totalidade dos serviços objeto deste contrato, sendo admitida apenas em relação a serviços específicos e às despesas e riscos da CONTRATADA. Os limites da subcontratação serão estabelecidos no Termo de Referência, e sua formalização estará condicionada à prévia e expressa autorização escrita do CONTRATANTE, inclusive para substituição de qualquer subcontratação. A subcontratação não isentará a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas neste CONTRATO, permanecendo íntegra e inalterada a responsabilidade da CONTRATADA pelo integral cumprimento de todos os serviços, como se diretamente os tivesse executado, não podendo opor ou transferir para o CONTRATANTE nenhuma exceção, restrição, alegação de descumprimento total ou parcial, que tenha em relação ao subcontratado ou que este tenha contra ele.

2.2. São obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo de outras previstas neste instrumento e respectivos anexos:

2.2.1. Designar um funcionário como gestor do contrato e que servirá de contato junto à CONTRATADA para gestão, acompanhamento e esclarecimentos que porventura se fizerem necessários durante a vigência contratual;

2.2.2. Comunicar, por escrito, toda e qualquer orientação acerca do objeto contratado, excetuados os entendimentos verbais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados, por escrito, no prazo de 02 (dois) dias úteis;

2.2.3. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações, proporcionando as condições que se fizerem necessários à execução do objeto;

2.2.4. Vistoriar os produtos e/ou serviços conforme sua necessidade e conveniência;

2.2.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, nos aspectos técnico, de segurança, de confiabilidade e quaisquer outros de seu interesse, através de pessoal próprio ou de terceiros designados para este fim;

2.2.6. Monitorar o prazo, quantidade, qualidade, e níveis dos produtos e/ou serviços, conforme o caso, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, caso estejam comprovadamente em desacordo com o contratado, reservando-se ao direito de suspender o pagamento até que o objeto seja executado em conformidade com o contratado;

2.2.7. Notificar, formalmente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato, possibilitando a CONTRATADA a regularização de tais pontos;

2.2.8. Solicitar a substituição de qualquer empregado e/ou preposto da CONTRATADA, desde que devidamente fundamentado, quando o objeto do contrato for a prestação de serviços e for verificada a falta de qualificação, zelo e dedicação na execução das tarefas, ou outros comportamentos que prejudiquem as atividades e resultados, objeto deste instrumento;

2.2.9. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

3.1. As partes comprometem-se a tratar os dados pessoais necessários para a execução do presente contrato em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados/LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018) e com as orientações da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

3.1.1. Sempre que solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar evidências documentadas da conformidade de suas atividades de tratamento de dados pessoais com a LGPD, tais como: Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais, Política de Segurança da Informação, Política de Respostas à Incidentes de Segurança da Informação, canal de atendimento ao titular de dados pessoais e documento de nomeação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO).

3.1.2. A CONTRATADA compromete-se a indicar Encarregado de Dados ou pessoa responsável por responder a avaliação de fornecedores (“*due diligence* LGPD”) do CONTRATANTE, sem prejuízo de submeter-se a auditoria para atestar a conformidade dos tratamentos dos dados pessoais, a critério exclusivo do CONTRATANTE.

3.2. A CONTRATADA está autorizada a utilizar os dados pessoais acessados exclusivamente para cumprir com o objeto deste contrato, cumprir com obrigações legais e para defesa em processos judiciais e administrativos, caso seja necessário.

3.2.1. No caso de descumprimento deste dever pela CONTRATADA esta assumirá a posição de controladora dos dados pessoais, nos termos da LGPD, assumindo integral e exclusiva responsabilidade pelo tratamento dos dados pessoais, devendo manter o CONTRATANTE totalmente isento de quaisquer ônus, reclamações, processos, sanções e condenações decorrentes desses tratamentos.

3.3. A CONTRATADA está proibida de usar as informações pessoais que tiver acesso em razão do contrato em questão para: (i) interesse próprio, (ii) enriquecimento de sua base de dados, (iii) execução de contratos firmados com terceiros e (iv) divulgação dos seus produtos e serviços, sob pena de multa por violação

contratual, notificação para a ANPD-Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais, além da obrigação de indenizar todos os prejuízos causados ao Sebrae por violação desta obrigação.

3.4. Estando autorizada a subcontratação no respectivo Termo de Referência (TR), a CONTRATADA está autorizada a compartilhar os dados pessoais com seus subcontratados apenas quando delegar a execução de alguma das etapas do contrato firmado com o CONTRATANTE.

3.4.1. A CONTRATADA deve informar o CONTRATANTE os seus subcontratados. Deve ser compartilhado o mínimo necessário para cumprir com a etapa a ser executada pelo subcontratado.

3.4.2. É dever da CONTRADADA garantir a confidencialidade e segurança deste compartilhamento, bem como instruir, exigir e fiscalizar o subcontratado para que este também observe todas as regras e limitações determinadas neste instrumento.

3.4.3. A CONTRATADA assume a responsabilidade pela violação deste instrumento, da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados/LGPD) e das orientações da ANPD -Autoridade Nacional de Proteção de dados Pessoais- cometidas por seus subcontratados durante o tratamento dos dados pessoais compartilhados pelo Sebrae.

3.5. As partes comprometem-se a prestar mútuo auxílio para atenderem os direitos dos titulares de dados pessoais dentro do prazo legal.

3.6. Na ocorrência de incidentes envolvendo as informações pessoais dos clientes do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá comunicar o CONTRATANTE no prazo de 48 horas, a contar do conhecimento do incidente. Esta comunicação deverá conter todos os elementos do §1º art. 48, LGPD e as orientações da ANPD. A comunicação deve ser encaminhada para o/a Encarregado(a) de Dados Pessoais do CONTRATANTE (dpo@sebraesp.com.br).

3.6.1. Considera-se incidente o evento que comprometa a confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados pessoais, decorrente de ações voluntárias ou acidentais, que resultem em divulgação, alteração, perda ou acesso não autorizado a dados pessoais, independentemente do meio em que estão armazenados.

3.7. Qualquer violação à lei protetiva dos dados pessoais, não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais/LGPD, e às orientações da ANPD -Autoridade Nacional de Proteção de Dados – praticada pela CONTRATADA sujeita-se a rescisão imediata do contrato por culpa exclusiva desta, multa por descumprimento contratual e ao ressarcimento de todos os prejuízos materiais e morais causados ao CONTRATANTE.

3.8. Encerrado o contrato entre as partes, a CONTRATADA está proibida de manter os dados pessoais no seu ambiente, inclusive backup e ambientes externos, exceto o eventualmente necessário para o

cumprimento de obrigações legais e a defesa em processos judiciais e administrativos. As informações devem ser descartadas de forma segura e definitiva, com técnicas que impeçam a sua recuperação tão logo sejam superadas as finalidades que legitimam o seu armazenamento.

3.8.1. Se solicitado, a CONTRATADA deverá fornecer declaração que ateste o descarte dos dados, as técnicas utilizadas e os ambientes físicos e tecnológicos que passaram pelo processo de descarte definitivo.

3.9. É parte integrante deste contrato as obrigações previstas no respectivo Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

4.1. Consideram-se "Informações Confidenciais" todas as informações, dados, documentos, comunicações e conhecimentos técnicos ou comerciais de qualquer natureza, fornecidos, comunicados, transmitidos ou revelados por uma das partes contratantes à outra, seja de forma verbal, escrita, eletrônica, por fax, desenhos, gráficos ou qualquer outra forma de transmissão, que se refiram, direta ou indiretamente, às atividades, operações, processos, métodos, técnicas, produtos, serviços, estratégias, planos de negócios, know-how, estudos, pesquisas, desenvolvimentos, invenções, patentes, marcas, logotipos, direitos autorais, informações financeiras, comerciais ou técnicas, e qualquer outra informação de propriedade ou interesse da parte reveladora.

4.2. A parte receptora se compromete a:

4.2.1. Utilizar as Informações Confidenciais exclusivamente para os fins para os quais foram fornecidas ou comunicadas;

4.2.2. Manter as Informações Confidenciais em estrito sigilo e não as divulgar, reproduzir, copiar, publicar ou compartilhar, seja de forma parcial ou total, com terceiros, sem o prévio consentimento escrito da Parte reveladora;

4.2.3. Empregar todos os esforços razoáveis para proteger as Informações Confidenciais, garantindo sua segurança e evitando sua divulgação não autorizada, inclusive por terceiros;

4.2.4. Restringir o acesso às Informações Confidenciais apenas aos funcionários, colaboradores ou terceiros que necessitem conhecer tais informações para o cumprimento das obrigações previstas neste contrato, sempre orientando-os quanto à confidencialidade e proibindo sua divulgação a terceiros;

4.3. As obrigações previstas nesta cláusula não se aplicam às informações que:

4.3.1. Ao tempo de sua transmissão, ou posteriormente, sejam ou venham a ser de domínio público, conforme evidenciado por publicações idôneas, desde que sua divulgação não tenha sido causada pela parte receptora;

4.3.2. Estiverem na posse legal da parte receptora por ocasião da divulgação, desde que tenham sido recebidas legitimamente de terceiro (que não seja a outra parte), sem violação de obrigação legal e/ou obrigação de sigilo assumida com a parte reveladora;

4.3.3. Forem independentemente desenvolvidas pela Parte receptora, sem utilização direta ou indireta de informações confidenciais;

4.3.4. Forem necessariamente divulgadas no cumprimento de ordem judicial, ficando ressalvado que a parte receptora deverá, nesse caso, avisar a outra parte, imediatamente, por escrito, para que a esta seja dada a oportunidade de se opor à revelação e/ou tomar medidas legítimas e razoáveis para evitar ou minimizar o alcance dessa divulgação.

4.3.5. Ao tempo de sua transmissão, forem invadidas e conhecidas por terceiros, diversos das partes deste instrumento, sem que haja culpa da parte receptora.

4.4. Assumirá inteira responsabilidade por qualquer forma de divulgação não autorizada, a parte que divulgar as informações confidenciais de que trata essa cláusula, ainda que feita por seus acionistas, diretores, empregados, prestadores de serviços ou fornecedores a ela vinculados.

4.5. A parte que infringir a confidencialidade indenizará a outra parte por todas as perdas e danos derivados da quebra de sigilo e confidencialidade com relação às informações confidenciais.

4.6. A pedido da parte que disponibilizou as informações confidenciais, a parte que as recebeu devolverá à mesma, imediatamente, todos os documentos e outras manifestações corpóreas das informações confidenciais recebidas nos termos deste instrumento e todas as cópias e reproduções a que se referirem.

4.7. O término da contratação não eximirá as partes das obrigações por elas assumidas quanto ao sigilo e confidencialidade em relação às informações confidenciais a que tiveram acesso durante a execução do objeto.

4.8. As disposições dessa cláusula não deverão ser interpretadas implicitamente, por presunção, analogia ou de outra forma, como concessão de licença por uma das partes à outra para fazer, mandar fazer, usar ou vender qualquer produto e/ou serviço utilizando as informações confidenciais, ou como licença nos termos de qualquer patente, pedido de registro de patente, modelo de utilidade, direito autoral ou qualquer outro direito de propriedade industrial ou intelectual cobrindo o mesmo.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA COMPOSIÇÃO DO VALOR DESTES CONTRATOS

5.1. O valor total deste contrato é de R\$ XXXXXXXX (valor por extenso), sendo assim composto e conforme proposta comercial anexa:

5.2. O (s) valor (es) ora descrito (s) abarca (m) todas as despesas diretas e indiretas e quaisquer outras obrigações ou despesas necessárias à perfeita execução do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Após o recebimento definitivo do objeto, nos termos da cláusula sétima deste contrato, a CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal, para conferência, validação e pagamento.

6.2. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal e encaminhá-la ao SEBRAE-SP até o dia 17 (dezessete) do mês subsequente ao da prestação dos serviços e/ou entrega dos produtos, acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista (Certidões Negativas de Débitos com o INSS, FGTS e comprovação de regularidade junto às receitas federal, estadual e municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA).

6.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite definitivo da nota fiscal/fatura pelo SEBRAE-SP, condicionado à homologação do Produto/Serviço entregue, ao ateste das notas fiscais e à apresentação de relatório de prestação de serviços, conforme aplicável.

6.4. O SEBRAE-SP não aceitará recibo como documento fiscal, exceto nos casos estritamente legais de dispensa de emissão de nota fiscal, devidamente comprovado pela CONTRATADA.

6.5. O SEBRAE-SP reserva-se o direito de suspender o pagamento nos seguintes casos:

- a) Se os serviços não estiverem sendo prestados conforme o proposto e contratado;
- b) Se houver erros ou incorreções na documentação fiscal apresentada, caso em que a CONTRATADA deverá providenciar a regularização, reiniciando-se o prazo de pagamento após a reapresentação correta.

6.6. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA, que deverá indicar o nome do banco, número e nome da agência, número da conta corrente de sua titularidade e tipo de conta, conforme modelo do ANEXO – DECLARAÇÃO DE DADOS BANCÁRIOS.

6.7. Quaisquer despesas decorrentes de transações bancárias, inclusive a devolução de pagamento por inconsistência de dados bancários, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

6.8. O SEBRAE-SP poderá deduzir do montante a ser pago eventuais multas, indenizações ou valores decorrentes de glosas, conforme previsto neste contrato.

6.9. Nos casos de eventuais atrasos no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o CONTRATANTE pagará encargos moratórios calculados conforme a fórmula abaixo:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,000166667, assim apurado: $I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,000166667 \times 360 TX$

= Percentual da taxa anual = 6%

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO – PROVISÓRIO E DEFINITIVO

7.1. O objeto do presente contrato será recebido nas seguintes condições:

7.2. Recebimento Provisório: o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato realizará o recebimento provisório de forma sumária, no momento da entrega da execução pela contratada, juntamente com os documentos comprobatórios para sua conferência e aceite, formalizando o seu recebimento para posterior verificação da conformidade do material/serviço com as exigências contratuais.

7.3. Recebimento Definitivo: em até 07 (sete) dias do recebimento provisório será realizado o recebimento definitivo, pelo gestor do contrato, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, acompanhado de relatório detalhado que comprove as condições de execução contratual.

7.4. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, caso esteja em desacordo com as especificações e condições estabelecidas neste contrato, sendo obrigação da contratada as correções necessárias, as suas expensas, sem que neste prazo ocorra a obrigação de pagamento.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não exime o contratado das responsabilidades civil, ético-profissional, e outras estabelecidas pela lei ou por este contrato, incluindo a solidez, segurança, e perfeita execução do objeto contratado.

7.6. Salvo disposição em contrário, todos os ensaios, testes e provas necessários para a verificação da boa execução do objeto contratado serão de responsabilidade e custeio da contratada, conforme normas técnicas oficiais aplicáveis, se for o caso.

7.7. A CONTRATADA garante que os produtos fornecidos e/ou os serviços prestados neste contrato estão em conformidade com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme estabelecido nas especificações técnicas e normas aplicáveis, por 90 (noventa) dias além do prazo estabelecido no art. 26 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), instituído pela Lei nº 8.078/1990.

7.7.1. Durante o período de garantia legal dos produtos fornecidos e/ou dos serviços prestados, a CONTRATADA compromete-se a prestar assistência técnica necessária para correção de eventuais defeitos ou vícios que comprometam a qualidade, segurança, durabilidade e desempenho dos produtos ou serviços.

7.7.2. Caso seja necessário, a CONTRATADA compromete-se a substituir componentes defeituosos ou produtos inteiros ou por outros de mesma espécie, marca e modelo, em perfeitas condições de uso, ou a refazer serviços não recebidos, sem qualquer ônus adicional ao Contratante.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

8.1. A vigência contratual será de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da conclusão das assinaturas dos representantes legais das partes, podendo ser prorrogada, a critério do CONTRATANTE, de acordo com os permissivos do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE.

8.2. A decisão de prorrogação do contrato é exclusiva do CONTRATANTE, sendo necessária a anuência da CONTRATADA, em razão da liberalidade contratual.

8.3. Caso a CONTRATADA não tenha interesse em prorrogar o contrato, deverá manifestar sua intenção por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias antes do término da vigência contratual, sob pena de aplicação de sanção contratual.

8.4. A prorrogação do contrato estará condicionada à justificativa da manutenção do interesse no objeto do contrato pelo CONTRATANTE e à comprovação da vantajosidade econômica.

8.5. A cada 12 (doze) meses, poderá haver reajuste com base no IPCA.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. Comete infração administrativa nos termos da legislação vigente, do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE e do presente instrumento contratual e respectivos anexos, a(s) Contratada(s) que:

9.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. der causa à inexecução total do contrato;

9.1.3. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.4. descumprir o prazo para notificação do não interesse em prorrogar a vigência contratual previsto na subcláusula 8.3.

9.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

9.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência escrita, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

9.2.2. Suspensão do direito de licitar e/ou contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até 03 (três) anos, observada a gravidade da conduta da contratada, bem como os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, assim como as demais sanções no caso concreto, e conforme regra geral abaixo:

9.2.2.1. 12 (doze) meses, nos casos de: aplicação de duas ou mais penas de advertência, em um intervalo de tempo inferior a 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pelo CONTRATANTE, alteração de quantidade ou qualidade do produto ou serviço fornecido;

9.2.2.2. De 13 (treze) até 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de: retardamento imotivado de parcela significativa da execução da obra, de serviço ou do fornecimento de bens;

9.2.2.3. 36 (trinta e seis) meses, nos casos de: entregar como verdadeira, mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada; paralisação de serviço, de obra ou de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação ao CONTRATANTE; praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos da licitação.

9.2.3. Impedimento do direito de licitar e contratar com o Sistema SEBRAE, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses, nas hipóteses descritas 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, hipóteses nas quais, após o processamento do processo sancionador no âmbito do CONTRATANTE, os autos serão encaminhados para deliberação final do SEBRAE Nacional.

9.2.4. Multa:

9.2.4.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

9.2.4.2. Compensatória de:

9.2.4.2.1. 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida para a infração prevista no subitem 9.1.1.

- 9.2.4.2.2.** 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato para a infração prevista no subitem 9.1.2;
- 9.2.4.2.3.** 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida para a infração prevista no subitem 9.1.3;
- 9.2.4.2.4.** 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato para a infração prevista no subitem 9.1.4.
- 9.2.4.2.5.** 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato para as infrações previstas nos subitens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8.
- 9.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.
- 9.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 9.5.** A aplicação de qualquer das sanções previstas realizar-se-á por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.
- 9.6.** Para fins de aplicação das penalidades descritas nesta cláusula, a cada infração cometida a CONTRATADA será notificada para apresentação de defesa, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia útil subsequente ao recebimento da notificação.
- 9.7.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.7.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.7.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 9.7.3.** os danos que dela provierem ao CONTRATANTE;
- 9.7.4.** o caráter pedagógico da sanção.
- 9.8.** As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos das faturas devidas à CONTRATADA, ou deduzidos da garantia, caso esta tenha sido exigida.
- 9.9.** Se os valores das faturas e da garantia contratual forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher em favor do CONTRATANTE a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
- 9.9.1.** Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação do CONTRATANTE.

9.10. Em qualquer caso, fica a CONTRATADA responsável, ainda, pelas perdas e danos adicionais, valendo os percentuais de multa ora estabelecidos tão somente como mínimo legal, nos termos do artigo 416, parágrafo único, do Código Civil, sem qualquer prejuízo do cumprimento da obrigação principal.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

10.1. O presente contrato não implica, para o CONTRATANTE, vínculo ou obrigação trabalhista, direta ou indireta, de qualquer natureza, obrigando-se ainda a CONTRATADA a manter o CONTRATANTE a salvo de qualquer litígio, assumindo todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias, sociais e seguros referentes ao pessoal utilizado para o cumprimento do presente ajuste, inclusive com relação a terceiros contratados.

10.2. A CONTRATADA responsabiliza-se, de forma única e exclusiva, por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências do CONTRATANTE, ou em qualquer outro local onde estejam prestando os serviços, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.

10.3. A CONTRATADA responsabiliza-se pelas despesas da defesa, inclusive por custas e honorários advocatícios, bem como pelo cumprimento das decisões judiciais em reclamações trabalhistas eventualmente propostas por seus empregados, prepostos, ex-empregados ou terceiros envolvendo o CONTRATANTE, isentando ainda o CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades e/ou ônus decorrentes direta ou indiretamente dos referidos processos judiciais;

10.4. A CONTRATADA responsabiliza-se civil e criminalmente perante o CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos, danos ou delitos causados por seus empregados, prepostos e/ou contratados, decorrentes de erro, culpa ou dolo, por demora ou omissão, na prestação dos serviços de sua responsabilidade, devendo indenizar todos os prejuízos ocasionados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CÓDIGO DE ÉTICA

11.1. A CONTRATADA compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o “Código de Ética do Sistema SEBRAE” que se encontra disponível no site do SEBRAE no endereço eletrônico www.sebrae.com.br, Ouvidoria, opção Código de Ética do SEBRAE.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ANTICORRUPÇÃO

12.1. As partes concordam que executarão as obrigações contidas neste contrato de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis ao Sistema SEBRAE, previstos no artigo 2º do Regulamento de Licitações e Contratos.

12.2. A CONTRATADA assume que é expressamente contrária à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do Sistema SEBRAE.

12.3. Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis nacionais, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

12.4. As partes se comprometem a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Este CONTRATO poderá ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

13.2. Os acréscimos que se fizerem necessários no objeto do contrato estão limitados a 50% (cinquenta por cento) do valor global atualizado do contrato, mediante justificativa.

13.3. A supressão poderá ser realizada no limite estabelecido entre as partes.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. O CONTRATO poderá ser rescindido por inexecução total ou parcial, por infração legal ou por descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3. A rescisão do contrato poderá ser:

14.3.1. Por ato unilateral do CONTRATANTE, nos casos previstos no contrato;

14.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo de distrato; e

14.3.3. Judicial, nos termos da legislação.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As despesas decorrentes deste contrato onerarão as verbas do CONTRATANTE, consignadas em seu orçamento.

15.2. Fazem parte do contrato, independentemente de transcrição, todas as condições constantes do edital que lhe deu origem, seus anexos e a proposta apresentada pela CONTRATADA, permanecendo, caso haja conflito, as disposições constantes deste instrumento contratual.

15.3. As solicitações de Atestado de Capacidade Técnica, relativo à execução do contrato, deverão ser formulados no prazo máximo de 12 (doze) meses após o encerramento da vigência contratual ao gestor do contrato, indicando a razão social, CNPJ e o número do instrumento contratual.

15.4. No caso de contrato de escopo, envolvendo a conclusão de um objeto específico, o atestado somente será emitido após o término da execução dos serviços ou da entrega dos produtos contratados. No caso de contrato de execução continuada, o atestado somente será emitido após o final da vigência inicialmente pactuada.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente ajuste.

As Partes declaram que o presente instrumento, incluindo todas as páginas e eventuais anexos, todas formatadas por meio digital, representam a integralidade dos termos entre elas acordados.

E, por estarem de acordo, as partes expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida a plataforma de assinaturas do SEBRAE (<https://www.sgolite.sebrae.com.br/PortalAssinaturaDigital/#/>), admitindo válidas as assinaturas realizadas eletronicamente.

São Paulo.

NELSON DE ALMEIDA PRADO HERVEY COSTA
Diretor-Superintendente
SEBRAE-SP

NOME
Empresa

MARCO ANTONIO SCARASATI VINHOLI
Diretor Técnico

REINALDO PEDRO CORREA
Diretor de Administração e Finanças



SEBRAE-SP

SEBRAE-SP

TESTEMUNHAS:

Nome: XXXX

Nome: XXXX

ANEXO – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Eu _____, gestor do CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS E/OU SERVIÇOS XXX/202x - PROCESSO ADMINISTRATIVO 1705/2025, declaro que recebi provisoriamente o objeto para conferência da conformidade, de acordo com as especificações do Termo de Referência.

São Paulo, ____/____/____.

(Assinatura do gestor do contrato)

ANEXO – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Eu _____, gestor do CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS E/OU SERVIÇOS **XXX/202x** - PROCESSO ADMINISTRATIVO 1705/2025, declaro que nesta data recebi definitivamente o objeto da Nota Fiscal nº _____.

Declaro ainda que o objeto está em conformidade com as especificações do Termo de Referência.

São Paulo, ____/ ____/ ____.

(Assinatura do gestor)

ANEXO DA DECLARAÇÃO DE DADOS BANCÁRIOS

Declaro que o pagamento deverá ser efetuado mediante crédito em conta corrente da titularidade de _____ (nome da empresa). Para tanto informo:

Nome do Banco: XXX

Número e nome da agência: XXX

Número da conta corrente: XXX

Tipo da conta: XXX

(Assinatura do responsável legal ou procurador)

Importante: Caso haja alteração dessas informações, a empresa contratada deverá enviar nova declaração com os dados atualizados.